

SOCIOLOGIA:

Fenômenos formais e informais
nas relações da sociedade

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadora)



SOCIOLOGIA:

Fenômenos formais e informais
nas relações da sociedade

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadora)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^a Dr^a Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de LisboaProf. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^a Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^a Dr^a Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^a Dr^a Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^a Dr^a Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^a Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^a Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^a Dr^a Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Gross
 aProf^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Sociologia: fenômenos formais e informais nas relações da sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
S678	<p>Sociologia: fenômenos formais e informais nas relações da sociedade / Organizadora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1161-1 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.611230504</p> <p>1. Sociologia. I. Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon (Organizadora). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Nos diversos campos de atuação, intervenção e ações coletivas—especialmente no campo sociológico – os debates e as investigações sobre relações de gêneros, intergeracionais, territórios e lugares/contextos de socialização (famílias e escolas) se preocupam com questões societárias, mas também com as contribuições nas vivências cotidianas e nas experiências de promoção de bem-estar, de urgências sociais e na elaboração de políticas públicas, bem como em atividades cotidianas, artístico-culturais e de modos de produzir a vida.






Com contribuições metodológicas na área da Sociologia (inclusive trabalho para América Latina e Portugal), esse livro confirma mudanças nas formas de fazer pesquisa e transferir resultados. Existem dinâmicas que ampliam a forma de observar, recolher dados e inserir interpretações sobre a vida social. Com formação avançada na pós-graduação, autores/as trazem contributos relativos também às suas experiências institucionais em nível doutoral ou pós-doutoral.

Das transgressões e do análise das artes (literatura e teatro) aos debates teóricos que aproximam estudos queer, teoria crítica e abordagens sociológicas mais recentes, o viés assinalado nessa obra valoriza as experiências sociais dentro de esferas e instituições registrando identidades e reconhecimentos advindos das relações estabelecidas, sejam nas ruas, nas escolas, nas representações artístico-culturas ou nas ocupações da cidade. Os sujeitos podem ser crianças, adolescentes, pessoas LGBT, idosas, mulheres e não ficam restritos à esfera urbana de grandes cidades. Patrimônio cultural e social estão intercruzados e estão matizados nos capítulos que compõem esse exercício.

O eixo temático escolhido para essa coletânea aproveita contribuições e análises que conectam categorias e instrumentos metodológicos distintos. Afinal, ao aproximar dos fenômenos formais e informais, a própria Sociologia tenta captar as mais variadas relações em sociedade.

Boa leitura e que sirva como pontos de reflexão.

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

CAPÍTULO 1	1
OLHARES CRÍTICOS: CORPOS, PERFORMANCES E EXPRESSÕES TRANSGRESSORAS	
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	
Antonio Carlos da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6112305041	
CAPÍTULO 2	16
SEXUALIDADE, PODER E HEGEMONIA: ENTRE O SUJEITO E A TOTALIDADE	
Douglas Santos Alves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6112305042	
CAPÍTULO 3	28
AS METAMORFOSES DO ENVELHECER FEMININO À LUZ DOS CORPOS E DOS AFETOS	
Angela Virgínia Brito Ximenes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6112305043	
CAPÍTULO 4	40
FAMILIA, ESCUELA Y CALLE: LA ECOLOGÍA PARA LA ACCIÓN SOCIOEDUCATIVA CON NIÑOS Y ADOLESCENTES EN RIESGO SOCIAL (ALGUNAS CONSIDERACIONES PARA UN NUEVO MODELO DE INTERVENCIÓN SOCIAL)	
Clody Genaro Guillén Albán	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6112305044	
CAPÍTULO 5	61
POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO E ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO PAISAGÍSTICA DO RIO DE JANEIRO	
Eder Claudio Malta Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6112305045	
SOBRE A ORGANIZADORA	73
ÍNDICE REMISSIVO	74

OLHARES CRÍTICOS: CORPOS, PERFORMANCES E EXPRESSÕES TRANSGRESSORAS

Data de aceite: 03/04/2023

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Historiadora. Pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca (CAPES e CNPq). Doutora pela Universidade de León, Espanha. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia. Investigadora associada ao Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Antonio Carlos da Silva

Economista e Cientista Social. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Leon (Espanha) e Universidade Federal da Bahia (UFBA). Investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Integrante da linha de investigação em Literatura, Humanismo e Cosmopolitismo do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta, Portugal. Articulista do Jornal A Tarde

Leituras e assistências de algumas peças foram inspirações já desde período anterior à pandemia Covid19 que afetou e suspendeu expressões artísticas e culturais de maneira realmente grave, para além das necessárias medidas sanitárias e de proteção. Portanto, a escrita desse texto matiza nossa dedicatória especial a todas as pessoas que vasculharam em Medeias, Cassandras e Antígonas, inspirações para as Humnidades e as Artes em tantos tempos e geografias distintas. Destaque aqui à Jean Anouilh (França), António Pedro (Portugal) e Dinah Pereira (Brasil).

RESUMO: Tendo a escritura literária e teatral como recurso e fonte, o capítulo delineia questões sobre gênero e poder, observando o estilo ensaístico e uma abordagem a partir da Teoria Crítica. Dentre de um contexto paradoxal, pensar e produzir expressões que enfatizam a necessária construção de solidariedades e lutas comuns contra o patriarcado, o colonialismo e o capitalismo, tanto o acervo clássico quanto contemporâneo trazem matéria-prima e fontes históricas – escritas – para compreender as ontologias do poder e o reconhecimento da categoria gêneros. A metodologia delineada é de caráter histórico crítico, com base documental em obras literárias que retrataram formas de transgressão e mirada crítica. A

aproximação com epistemologias feministas e produção historiográfica contemporânea permitiram (re)fundar uma abordagem ética, inclusiva, justa.

PALAVRAS-CHAVE: História; Gênero, Literatura, Epistemologias; Poder.

ABSTRACT: Taking literary and theatrical writing as a resource and source, this article delineates issues of gender and power, looking at the essay style and an approach from Critical Theory. Within a paradoxical context, thinking and producing expressions that emphasize the necessary construction of solidarity and common struggles against patriarchy, colonialism and capitalism, both the classical and contemporary collections bring raw material and historical sources to understand ontologies of power and the recognition of the gender identities. Consequently, the employed methodology encompasses literary works that portrayed forms of transgression under a critical view. The approach with feminist epistemologies and contemporary historiographic production allowed (re) found an ethical approach, inclusive and committed to the idea of justice.

KEYWORDS: History; Gender; Literature; Epistemologies; Power.

*Não há calamidade pior do que a ANARQUIA,
que leva aos povos seus imensos males.
Ela destrói a polis, arrasa suas casas, e,
na batalha, rompe as fileiras de lanças,
antecipando a derrota. Mas aquele que segue
o caminho da obediência, pode ser salvo por ela.
Por isso defendemos os que respeitam a ordem e
não podemos deixar que uma MULHER nos derrote.
Melhor seria perder o poder pela mão de um homem,
do que fraquejar diante de uma MULHER inferior.*
(Sófocles. Antígona. 2018, p. 51)

A sociedade mercantil - referência ao atual campo histórico da Modernidade em que há uma contínua transformação de trabalho abstrato em mais dinheiro - busca ocultar uma orientação patriarcal e racista na qual a questão de gênero não é reconhecida como um processo de dissociação valor (SCHOLZ, 2017).

Ao longo de todo o século XX e primeiras décadas do XXI, mesmo com ondas feministas, movimentos sociais e políticos intensificados, todas as atividades naturalizadas em sua correspondência negativa com a acumulação de capital, dialeticamente, são atribuídas às mulheres, ganhando esforços e reforços quando regimes democráticos se desestabilizam ou ganham nuances conservadoras. Precedentes históricos remontam ao período helênico, mas tal entendimento ontológico, portanto impeditivo de reflexão frente à universalidade abstrata na forma mercadoria (Kurz, 2015), é uma pré-condição da chamada Modernidade.

De análises acadêmicas às múltiplas referências em outras linguagens e expressões de Humanidade, a literatura é abundante em referências. Do período revolucionário europeu, com Mary Wollstonecraft a Olympe de Gouges, as existencialistas Virgínia Woolf e Simone de Beauvoir. Nesta lista, apesar de subjetiva, constam a angolana Paula Tavares,

a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie e a poetisa moçambicana Noémia de Sousa. Sem olvidar dos contributos “latino-americanos” contemporâneos em Teresa Cárdenas (Cuba), Selva Almada (Argentina), Lina Meruane (Chile), Carolina de Jesus e Heloísa Buarque de Hollanda (Brasil). A escritura e a escrita – independentemente de inseridas em contextos acadêmicos – tomaram dimensões e assimilaram bandeiras, lutas e movimentos.

O universo é ilimitado, para todos os gostos e especificações teóricas. De abordagens mais privadas e cotidianas àquelas que tomam as palavras com toda potência. O importante é não perder de vista, frente às idiosincrasias do capital, o elemento dispare entre a propriedade/filiação (como elemento masculino/patriarcal) e a representação do feminino nestas abordagens. Em especial, aqui o nosso interesse investigativo – apresentado sob forma de ensaio -, sobre o papel do Estado como instituição não dissociada do Poder e determinado ideologicamente para manutenção das estruturas vigentes.

Destarte, elegemos a leitura de “Antígona” (Sófocles, 2018¹), em correspondência dialética com as lentes críticas da filósofa Judith Butler, e Cassandra – na poética de Christa Wolf - para abarcar um fenômeno recorrente na modernidade: a barbárie - que insiste em perdurar mesmo em situações de contínua crise e desvela uma situação paradoxal de “asselvajamento do patriarcado” (SCHOLZ, 2007).

A narrativa da tragédia grega, corroborando com a filósofa norte-americana, expõe (para além dos atributos da vontade e do pensamento) uma manifesta relação de poder e hierarquia na forma social. Qual o propósito de quem fala? Há uma identificação manifesta com os interesses e liberdades individuais ou a ênfase encobre a legitimação da violência por intermédio do *ethos* coletivo? O direito a ter direitos, que se torna o cerne da ação política empregada por Antígona ao confrontar as Leis que definem quem tem o direito ao luto – aqui um preâmbulo totalitário que repercutirá nas guerras de ordenamento mundial do final do século XX e início do século XXI – não difere da exclusão das mulheres do espaço público destinado ao fazer política².

Nesta contribuição à crítica da sociedade contemporânea, buscamos engendrar um constante diálogo com a Teoria do Valor (fetichismo, alienação e dissociação do valor) para compreender as contradições e os seus limites internos. As mulheres, de responsáveis pela organização do lar (fetichismo doméstico), após as conquistas no plano político e econômico - sufrágio e a inserção no mercado de trabalho – passam a ser reconhecidas, também, com sujeitos modernos do Direito. Ou seja, as suas relações, anteriormente dissociadas da lógica da acumulação, tornam-se relações contratuais na forma mercadoria. Portanto, sob orientação dialética, são realocadas da “esfera reprodutiva para a esfera profissional (mantendo simultaneamente a responsabilidade principal pela esfera da

1 Uma das edições utilizadas para esse capítulo é a da Fundação Calouste Gulbenkian (2018).

2 Uma explícita divisão do espaço público (política) e do espaço privado (economia), na qual a primeira é uma ação especificamente masculina - possível em decorrência da sua alienação dos afazeres domésticos e da salvaguarda da vida. As atividades econômicas, espaço privado, são exercidas por mulheres e dissociadas da lógica da acumulação de capital.

reprodução)” (SCHOLZ, 2017, p. 2).

Não confundir, entretanto, a lógica da dissociação do valor na categorização de identidade com um princípio da troca. Trata-se, mais do que uma medida de tempo social médio para estabelecer substância ao valor e, por conseguinte, promover o seu equivalente monetário (forma dinheiro), de um problema de gênero. Há uma separação, nada contingente, em conotar as expressões do feminino ao trabalho dissociado e obscuro na formação do valor. Essa diferenciação é a base da sociedade patriarcal, não um tema secundário do moderno sistema produtor de mercadorias. O que corresponde ao traço benjaminiano presente em Cassandra, que ao questionar o fazer história com base na barbárie, desvela o tripé da modernidade: a dominação, a propriedade privada e o patriarcado.

Em momentos de crise do sistema e de retomada de vertentes conservadoras, cada vez mais frequentes e em espaços mais curtos, a busca por novas formas de aumentar a produtividade e manter-se competitivo exigem estratégias que ampliam as diferenças e aumentam o grau de violência de gênero.

As decorrentes taxas de desemprego resultantes desta lógica irracional para aumentar o processo de acumulação, consequentemente descortinam o medo pela histórica desvalorização e, mesmo sob a égide do crédito como substituto na produção de mais valor, revelam um recrudescer da barbárie nas relações sociais sob a forma mercadoria. Os tempos sombrios (Arendt, 2014) ou de austeridade difusa são os matizes limítrofes de ações, reações e expressões de polaridades e exigências de tentar analisar criticamente o processo.

Isto não tem nada a ver com a hipostasiação da diferença que se pode encontrar nas teorias pós-estruturalistas; pelo contrário, para a crítica da lógica da identidade no sentido da crítica da dissociação-valor trata-se de uma determinação de conceito e diferenciação centrada na coisa. Em vez disso, a hipostasiação da diferença da pós-modernidade corresponde ao asselvajamento do patriarcado capitalista no plano da elaboração teórica (SCHOLZ, 2017, p. 3).

Neste panorama, questionar a representação do Estado, como unidade política exclusiva para abarcar questões de interesse coletivo, torna-se uma negação do próprio processo de agir politicamente. O Estado e suas instâncias, no atual campo histórico da modernidade, são objetos à crítica do próprio conceito de política - que é patriarcal em sua essência, bárbaro e aniquilador de alteridades; machista e despótico na divisão dos espaços público e privado.

Não como um dado ontológico, previamente existente, mas como um conceito historicamente limitado que pertence à história da implementação do moderno sistema produtor de mercadorias (...) que estabeleceram condições de trabalho modernas, mas não alteram a essência do sistema de produção de mercadorias” (KURZ, 1997, p. 81).

Aqui uma diferença básica, o sistema político, sob o manto democrático em uma sociedade que vigora a constante transformação de trabalho abstrato em mais dinheiro, tem por missão assegurar à estabilidade do poder, organizar a forma social e regular a atividade econômica. Por conseguinte, são ações policiaiscas, responsáveis pela promoção de violência contra aqueles grupos (ditos minoritários) que, para além da condição precária, estão constantemente expostos à precariedade³. Às mulheres, uma condição de não reconhecimento de sua condição como sujeitos históricos, para além da dissociação do valor, a alienação de sua liberdade individual para definir ações políticas emancipatórias e não condizentes com o fetiche da mercadoria.

É precisamente a ascensão do *princípio masculino* do trabalho abstrato como um tautológico fim em si mesmo que traz como resultado o confinamento doméstico e a repressão da mulher na história ocidental, produzindo, ao fim e ao cabo, a perda da dimensão sensível das relações humanas, a destruição da natureza e a ameaça de guerra nuclear. (SCHOLZ, 1996, p. 16).

ANTÍGONAS COMO LENTES CRÍTICAS

Tantas vezes encenada, reinterpretada, reinventada, Antígona cumpre papel da arte crítica e subversiva. Traz à cena personagens, dramas e tramas humanas e sociais que não se circunscrevem a um determinado tempo histórico. Nos quatros cantos do mundo foi lida, traduzida, estreada por uma infinidade de artistas, tomando como ponto de (in)flexão e alertando para os pontos cegos de uma sociedade machista, punitivista e determinista (MENDES, 2014)⁴.

Considerando que o exercício da liberdade é uma herança grega, pois se define como a *raison d'être* da política (Arendt, 2014), a abordagem dialética de Butler sobre a relação Liberdade/Poder desvela uma curiosa leitura do papel do Estado na conformação do lugar (portanto, território) da mulher nas sociedades contemporâneas. Antígona está a questionar o *ethos* coletivo ao confrontar a decisão do Rei Creonte sobre o direito de realizar as honras fúnebres do seu irmão Polínicês⁵.

3 Duas categorias-chave para Judith Butler contribuir à crítica da sociedade moderna. A “condição precária”, que abarca a todos/as que estão sob os efeitos da sociedade da mercadoria, e “precariedade”, as chamadas minorias que estão constantemente expostas à violência e sem qualquer apoio das instituições do Estado na criação/aplicação de políticas protetivas. (2018; 2011).

4 Somente com delimitação da História Contemporânea e com caráter ilustrativo e de reconhecimento nossa, apontamos três momentos espetaculares cuja base foi Antígona. Em 1944, cidade de Paris, em protesto contra ocupação alemã, Jean Anouilh (2003) sua *Antigone* e foi representada no *Théâtre de l'Atelier*. Outro exemplos de encenação teatral foi o texto Antígona, Glosa Nova da Tragédia de Sófocles, escrita em 1953 por Antônio Pedro (1957) e tendo lugar e palco o Teatro Experimental do Porto, companhia de referência para o contexto português no século XX. Já para indicação brasileira e inspiração para esse texto, a versão de Dinah Pereira foi a escolhida. Desmontando Cassandra (2019) compôs a tríade dirigida pela professora da Universidade Federal da Bahia. Dedicada ao eixo Identidade e Gênero, narra em cena experimental e com atrizes femininas a história de e sobre mulheres. Ocupou o Teatro SESC-SE-NAC Pelourinho em maio de 2019, realizado pela Companhia Estupor de Teatro e Oco Teatro Laboratório. Vale ainda destacar que a direção e execução musical esteve a cargo de Laila Rosa (PPGNEIM/UFBA) e Grupo Feminária Musical.

5 Antígona encerra a trilogia elaborada por Sófocles (Século IV a.C) sobre a tragédia do Rei Édipo que, após consultar o oráculo de Delfos e ser elucidado sobre a sua maldição, perfura os próprios olhos por não reconhecer em Jocasta, a mãe de seus quatro filhos (Etéocles, Polínicês, Antígona e Ismênia), a sua própria Mãe. Com o auto-exílio em Atenas, seguiu apenas de sua filha Antígona, o trono de Tebas é reconhecido ao irmão de Jocasta, Creonte, até que os filhos

A legitimidade da violência aqui empregada, negar as honrarias e o direito ao luto, é vista por Antígona como uma decisão unilateral, decerto não democrática, pois não condiz com a harmonia entre os interesses coletivos e a liberdade do indivíduo. Sendo mulher, um agravante nas relações de poder, pois tampouco é reconhecida como cidadã plena de direitos a ter direitos. Acima de tudo, de questionar a legitimidade deste poder, quando esse é empregado para garantir a estabilidade por intermédio da violência e/ou ausência de políticas protetivas para minorias.

Que honra mais sublima poderia haver para mim do que prestar honras fúnebres ao meu irmão? Todos esses diriam que aprovam o que eu fiz, se o terror não travasse suas línguas. Mas é privilégio do poder tirano fazer e dizer tudo o que deseja (SOFÓCLES, 2018, p. 43).

Antígona, o corpo que manifesta (voz e *performance*) o paradoxo do poder democrático, estabelece um marco na literatura política e filosófica. Quiçá uma prévia para Melville criar o seu *Bartleby* (2017), pois o “prefiro não fazer” do escriturário retoma o imperativo “confirmo o que fiz. Não o nego, absolutamente” de Antígona ao enfrentar Creonte. O que ela está a negar é o poder conferido ao tio/Rei sem qualquer reconhecimento ou mérito que não a transmissão por via titular (herança e propriedade).

Quando ela aparece diante de Creonte, ela age novamente, agora verbalmente, recusando-se a negar seu envolvimento direto no ato. Com efeito, o que ela rejeita é a possibilidade linguística de se separar do fato, afirmando-o de maneira ambígua, sem se entregar, sem dizer simplesmente “eu fiz” (BUTLER, 2001, p. 22).

Antígona, aqui a negação hegeliana entre o transcendente e o imanente, assume uma postura de embate pelo espaço público, questiona (implicitamente) a unidade do Estado como único elemento para realizar a ação política. Põe em dúvida a categoria representação, pois não reconhece no tio/Rei nada mais do que uma afronta ao “fazer política” e promover a liberdade individual.

Se entendermos o político no sentido da polis, o seu fim ou *raison d’être* seria estabelecer ou preservar um espaço onde a liberdade como virtuosismo pode aparecer. Está é a esfera onde a liberdade é entendida como realidade terrena, concretizada em palavras que podem ser ouvidas, em feitos que podem ser vistos, e em acontecimentos que podem ser discutidos, recordados e convertidos em narrações, antes de serem por fim incorporados no conjunto das grandes narrativas da história humana (ARENDT, 2014, p. 166).

A alusiva reflexão de Antígona sobre a relação entre a sociedade e o Estado confere ao debate uma atualidade inequívoca. Ademais da referência grega, no qual são “eles” que determinam o tipo de Estado responsável pela organização política, Antígona representa a

varões de Édipo, Etéocles e Policines, possam atingir a maioria e reclamar o Poder. Em acordo, os dois irmãos decidem governar alternadamente, mas Etéocles se recusa a repassar as honras para o irmão. Policines decide confrontá-lo em batalha para resgatar a coroa de Tebas. O final, elemento-chave da tragédia, resulta na morte dos dois, sendo que as honras fúnebres são legitimadas apenas para Etéocles. Policines é considerado traidor e infiel, sendo, por Cleonte, alienado de qualquer honraria.

alegoria dos povos colonizados (física e espiritualmente), no qual o Estado é um elemento externo e os cidadãos/ãs que são subordinados ao exercício do poder.

Talvez uma primeira ação de desobediência civil, antecipando o julgamento público de Sócrates e orientando a postura crítica de Thoreau sobre a “máquina estatal de guerra”, Antígona não consegue se apropriar do *ethos* coletivo e questiona o espírito das Leis.

Sim, pois para mim, não foi Zeus que a decretou, e nem Dike (...) que deu aos homens semelhantes leis. Os teus decretos não têm o poder de obrigar um mortal a desobedecer às leis dos deuses, pois embora não escritas, elas são poderosas e imutáveis. (SOFÓCLES, 2018, p. 41-42).

Deuses e deusas que dialeticamente correspondem a criação humana, o antecipar do corpo científico que buscava interpretar os fenômenos (ainda) incompreensíveis da natureza. Antígona questiona, implicitamente, o propósito das relações humanas: o viver bem e em comunidade. Outrossim, alude uma organização social que reconhece as alteridades e que prioriza o vínculo ético com o Outro/a Outra, não a moral do Estado que se sustenta por títulos (filiação/herança) e precisa paradoxalmente do axioma transcendente para se auto afirmar como representação do poder.

O que podemos confirmar com a seguinte citação de Creonte:

Ela foi arrogante ao passar por cima de leis publicadas. Também foi arrogante ao zombar e ao se vangloriar pelo que fez. Na verdade, será ela o homem, e não eu, se seus atos não forem punidos energeticamente. Ainda que seja filha de minha irmã de sangue, e estejamos unidos pelo poder supremo de Zeus. (Sófocles, 2014, p. 42).

Creonte manifesta, por meio da linguagem, que as mulheres não são talhadas para governar, mas para garantir a reprodução daqueles que exercerão o poder. “Levem-nas, escravos, depressa! Agora ficarão reclusas, como mulheres que são, em vez de andarem por aí, livremente” (Sófocles, 2018, p. 48). Incorre, entretanto, em uma negação. Antígona está a conferir ao parentesco a legitimidade do poder. O sangue como fluxo e inflexão para garantir o direito ao luto. Quais sujeitos? Quais margens são as que definem quem merece “viver”?

Se para os gregos a glória é o objetivo de uma vida vivível – obtida por ações grandiosas que serão eternizadas em narrativas históricas -, Antígona ao desafiar as Leis exalta a pena capital como prêmio para sua lealdade a memória do irmão Polinices.

Desafiando o Estado, Antígona reitera o ato desafiante de seu irmão (...) podendo substituí-lo ao se reposicionar territorialmente na configuração de poderes. Deste modo, ela assume a masculinidade ao vencê-la. Em um dado momento o seu ato parece afirmar sua rivalidade e superioridade frente a Polinices. Ela pergunta: “Ainda assim, como eu poderia adquirir maior glória do que enterrando o meu irmão”. (BUTLER, 2001, p. 27).

Ela está a reivindicar o direito à morte. A questionar padrões normativos que incorrem em problemas epistemológicos, por conseguinte, éticos. Antígona está a inquirir quem são

as pessoas passíveis de luto? Isto por compreender que a Vida, sob os auspícios de uma sociedade produtora de mercadorias - em que o objetivo maior é o processo contínuo de acumulação de capital – é uma condição precária que coaduna com o fetichismo do valor.

Para uma situação mais atual e com apropriação de outras epistemologias e saberes, quais identidades e margens são as linhas que dão alicerce à existência, às relações (públicas ou privadas), às dimensões e esferas integrantes do processo interativo de pessoas, vivendo em coletividades? Numa passagem de Crenshaw (1991), haveria espaços e tempos para alteridade e interseccionalidades? Ou estaríamos sempre na “torre de Babel”, fundamentada em uma situação dialética, pois as três esferas da Vida (a lírica, a dramática e o épico, em especial a última que corresponde ao agir político)?

As esferas, por essência, não estão/estarão, sem dúvida, em harmonia com as regras do Mercado. Tampouco com a regulação do Estado em garantir a administração das coisas por meio da concorrência e da inovação (leia-se, mais uma vez, do Progresso). Em outras palavras, Antígona descortina a falência do Estado e suas instituições no propósito de minimizar os efeitos da precariedade na sociedade mercantil.

A justificativa de Creonte, em contradição ao alerta do Coro sobre a arrogância ser o caminho da perdição, é um preâmbulo para o estado de exceção. Primeiro a alternativa legal, que concede, por meio do direito consanguíneo, assumir o trono de forma provisória⁶. Para logo em seguida decidir, em anacrônico corroborar com os estudos sobre o Poder de Carl Schmitt, para quem e em quais momentos são orientadas as regras de Tebas.

Antígona, em contraposição, semeia a angústia filosófica. Para ela, com a morte dos dois irmãos, Tebas está ausente de Poder. Portanto, representando uma parte da sociedade dos sem parte (Rancière, 2014), ela assevera que o direito ao luto caracteriza a essência da democracia real.

É importante enfatizar que Antígona, ao desafiar o poder, contraria uma norma estabelecida por Creonte que atinge a comunidade toda. A pena, estar aprisionada em uma caverna – sem qualquer contato humano, alienada de todas as fontes de/para sobrevivência (inclusive a luz do Sol) - é um oxímoro: Morte em Vida.

Tal violência é um problema ético. Dialeticamente ela reconhece o poder do Estado, mas desafia a sua representação. Explico-me, com o apoio de Walter Benjamin em clássico artigo sobre a relação violência e poder. Consoante o crítico alemão, se a violência é um meio, o poder se revela na alteridade Leis/Justiça. O segundo se realiza – aqui a influência platônica da República é inconteste – quando há o reconhecimento da “atribuição a cada um da obrigação que lhe cabe consoante suas próprias aptidões”.

No entanto, sem uma unidade política que assegure o espaço público para o desenvolvimento dessas aptidões e capacidades inerentes ao humano, a Justiça será

6 Os romanos apreendem a lição ao caracterizar o ato de Ditadura. Um período intermediário, de transição, mas sem alienar o poder das Leis, enquanto o Estado é reformado. Na nota de rodapé anterior, as três peças sofreram reações fortes e retaliações, cada uma em geografia e tempo distinto.

apenas apreendida em sistemas que não reconheçam alteridades e, tampouco, prezem pelo reconhecimento do Outro como sujeito ético-moral. Ou seja, o poder se manifesta não pelo Direito, pelo desenvolvimento citadino em busca do equilíbrio da liberdade do indivíduo em relação à soberania coletiva, mas na organização policialesca (imposições normativas) para manutenção da ordem vigente.

Quer dizer: tal ordem jurídica se empenha em estabelecer fins jurídicos em todas as áreas, nas quais os fins pudessem ser almejados adequadamente por indivíduos pelo uso da violência, fins jurídicos que apenas o poder jurídico pode realizar dessa maneira. E o poder jurídico tende a cercear, através de fins jurídicos, os fins naturais - mesmo nas áreas nas quais, em princípio, eles estão livres, dentro de amplos limites, como no caso da educação -, a partir do momento em que eles são almejados com um excesso de violência; haja vista as leis sobre os limites de competência de punições educativas (BENJAMIN, 1986, p. 162).

O flagelo de Antígona seria, na perspectiva de Creonte, uma punição educativa para os cidadãos e cidadãs de Tebas? Uma maneira do regente em transição assegurar a continuidade do poder? Possivelmente. Pois, Antígona ao assumir o feito – “confirmo o que fiz. Não o nego, absolutamente” - está a questionar publicamente a legitimidade do poder, as decisões legais que contradizem a tradição, o *ethos* coletivo. Está a por em dúvida o consenso, que até então é caracterizado na peça teatral na dualidade Corifeu/ Coro. Em instâncias democráticas, os silêncios ocupam lugar tão importante quanto as manifestações mais fervorosas.

Primeiro, na representatividade do Coro, que como a turba segue cegamente os ventos, sem qualquer discernimento frente ao caminho a trilhar:

Divino poder, duvido do que vejo, um assombro, mas não há como negar: essa criança, de fato, é Antígona. Oh, desditosa filha de Édipo, um desditoso pai, o que aconteceu? Trazem-na cativa por haver desobedecido às leis do palácio ou por ter cometido alguma insensatez? (SÓFOCLES, 2018, p. 39)

Depois, elucidada por Tirésias, essa mesma turba, apreende no ato totalitário um preâmbulo para alienar direitos e a suspeição na condução política:

Já se ergue contra ti, oh Creonte, o ódio de todas as polis cujos filhos não tiveram sepultura, destroçados pelos cães e pelas feras, ou ainda, por grandes aves, que levaram a pestilência dos corpos aos altares. Por teres me provocado, lancei flechas certas, como um arqueiro, contra teu coração e do ardor dessa ferida não poderás escapar. (Ibidem, p. 66).

Aqui uma clara referência ao imperativo categórico kantiano em associação à negativa hegeliana⁷. Os cidadãos de Tebas estão intimidados pela legislação de Creonte e, por conseguinte, coexistem com uma frágil cidadania. O viver é uma ação destinada apenas

⁷ Os dois autores abarcam a questão da alteridade na relação Poder/Liberdade sob a perspectiva da constituição do Estado moderno. Não obstante, na Filosofia do Direito, Hegel resgatar a filiação (título) como elemento-chave para eleição de governantes. Deste modo, o filósofo alemão dialeticamente confere a tradição, sob os auspícios do transcendente, a bússola para constituição política.

às necessidades imediatas (que subsistem no espaço privado). Sem a liberdade política para questionar as decisões do poder, o Estado torna-se um instrumento de regulação e manutenção da estabilidade deste mesmo poder. O que resulta na ambigüidade da política, quando metamorfoseada em ações policiaiscas que priorizam, por meio da pena, a educação cidadina.

Onde não há liberdade política não pode haver interesse pelo Estado, porque só temos interesse por aquilo em que atuamos e em sua defesa. Na ausência da cidadania, ou da esfera pública, que assegure o livre debate das ideias, o objetivo da vida passa a ser meramente ganhar o pão de cada dia, com maior ou menor grau de conforto ou luxo. O interesse pelo Estado passa a ser meramente egoísta (...) Cria-se um estado de espírito favorável a qualquer religião que promova a passividade a virtude e transforme o autodesprezo e a condição de desgraçado em motivo de glória e orgulho. (COSTA, 2018, p. 4).

Antígona, seguindo essa lógica hegeliana/kantiana, não estaria a omitir suas reais intenções? Não, consoante Butler (2001). A filha de Édipo, em momento algum, busca ocultar seu objetivo: questionar o poder. Nas primeiras falas da peça, em diálogo com a sua irmã Ismênia, a retórica é lapidar (dialética; não persuasiva) sobre o não ocultar que estaria a prestar as honras fúnebres à memória de Polinices: “Ah, podes falar! Mais odioso será o teu silêncio, do que saíres por aí, contando isso a todos” (Sófocles, 2018, p. 28). Tampouco, quando está diante do rei Creonte:

O que esperavas então? Tuas palavras não me agradam e nada nelas poderia me agradar (...) Que honra mais sublime poderia haver para mim do que prestar honras fúnebres ao meu irmão? Todos esses diriam que aprovam o que fiz, se o terror não travasse suas línguas. Mas é privilégio do poder tirano fazer e dizer tudo o que deseja. (Op. Cit., 2018, p. 43).

Butler enfatiza que o Estado, na representação de Creonte, é o responsável pela morte do irmão. Atribui às famílias o papel de suprir os exércitos do Estado em suas manifestações de guerra. Portanto, entende que Polinices perece em campo de batalha, juntamente com o outro irmão, Etéocles, para justificar uma estratégia de Poder que, paradoxalmente, alimenta o Estado com a dissolução das famílias que compõem a forma social deste mesmo Estado.

Talvez deva se levar em consideração a surpreendente possibilidade de que o interesse do direito em monopolizar o poder diante do indivíduo não se explica pela intenção de garantir os fins jurídicos, mas de garantir o próprio direito. Possibilidade de que o poder, quando não está nas mãos do respectivo direito, o ameaça, não pelos fins que possa almejar, mas pela sua própria existência fora da alçada do direito. (BENJAMIN, 1987, p. 162).

Antígona, ainda sob a perspectiva de Butler (2001, p. 75),

Está a atuar dentro dos limites da lei, a reivindicar a realização de justiça, ao mesmo tempo que destrói as bases desta lei ao insistir que o luto de seu irmão está acima de qualquer lei que não abarque os próprios cidadãos. A situação dialética é intercambiável entre si. Pois, ao afirmar a particularidade radical de

seu irmão, sua atitude se converte em escândalo, em ameaça de destruição da universalidade da lei.

A incógnita suscitada continua a mesma: em situações de não reconhecimento de quais Vidas são passíveis de serem vividas, quais são as condições sociais de vida que devem ser preservadas? Independente do sistema de produção vigente e a ideologia preponderante. E se olhássemos para além das lentes de gênero? Se cruzássemos categorias, incorporando as interfaces possíveis e as mais severas críticas que trazem as lentes da interseccionalidade (Crenshaw, 1991), vasculhando as violências sobrepostas (Cavalcanti, 2018) e as várias dimensões do ser e do estar em sociedade?

MATIZES DE HISTÓRIAS CRÍTICAS: ARTES COMO PONTO DE PARTIDA

Cassandra - não aquela representação feminina presente na *Ilíada* de Homero, mas a de Christa Wolf - será nossa mediadora nesta incursão crítica. Para compreendermos o mundo que nós estamos inseridos e, deste modo, as relações entre igualdade/justiça nas atribuições de poder, precisamos ponderar uma questão recorrente: o que é viver uma vida boa SE uma boa parte da população global está sujeita a alienações econômicas, sociais e políticas que a impede de gerenciar o seu próprio corpo e, com isso, sua Vida?

Para além do questionamento aristotélico, que prima pela condição moral (portanto, do fundamento ético), na atual sociedade produtora de mercadorias, a afirmação da vida depende de avaliar criticamente as normativas (Estado e suas instituições) que valorizam a vida de forma distinta e não em alteridade.

Há o reconhecimento de vidas pertencentes ao processo de produção e consumo – estão protegidas juridicamente e apoiadas por redes sociais - e aquelas que são (total ou relativamente) desconsideradas como vidas vivíveis.

Isso parece ser urgente e necessário no contexto do colapso dos Estados do bem-estar social e naqueles em que as redes sociais de segurança foram destruídas ou tiveram negada a oportunidade de se materializar (...) *A precariedade perpassa as categorias identitárias e os mapas multiculturais*, criando, assim, a base para uma aliança centrada na oposição à violência de Estado e sua capacidade de produzir, explorar e distribuir condições precárias e para fins de lucro e defesa territorial (BUTLER, 2016, p. 55).(grifos nossos).

Cassandra, filha de Príamo, Rei de Tróia, foi consagrada pelo dom da profecia. Na leitura de Wolf, não como uma paradoxal virtude atribuída (ou presenteada?) por Apolo, mas como uma inexorável afronta ao sistema patriarcal. Sim, ela recusou o desejo do deus do Olimpo, não quis ser marcada como mercadoria para depois ser descartada como resíduo de uma manifestação sexual.

A reprimenda divina não se consumou na profecia, mas no descaso social. Cassandra jamais seria ouvida, não passaria de uma louca, presa ou prometida que questiona as

vantagens de um sistema voltado para o processo de acumulação em detrimento da Vida. A troiana, não apenas em nosso imaginário, estava antecipando o *Angelus Novus* benjaminiano em dois milênios:

Existe um quadro de Klee intitulado "*Angelus Novus*". Nele está representado um anjo, que parece estar a ponto de afastar-se de algo em que crava o seu olhar. Seus olhos *estão* arregalados, sua boca *está* aberta e suas asas *estão* estiradas. O anjo da história tem de parecer assim. Ele tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de nós, ele enxerga uma *única catástrofe* que sem cessar amontoa escombros sobre escombros e os arremessa a seus pés. Ele bem que gostaria de demorar-se, de despertar os mortos e juntar os destroços. Mas do *paraíso* sopra uma tempestade que se emaranhou em suas asas e *é tão* forte que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual *dá* as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce *até o céu*. *O* que nós chamamos de progresso *é* essa tempestade (BENJAMIN apud LOWY, 2005, p. 87).

A insistência em atribuir aos mecanismos de Mercado o controle social é, na perspectiva de Cassandras na contemporaneidade – sendo elas pertencentes a classes, etnias, territórios tão multifacetados -, uma miopia. A mercantilização abstrata no mundo, que utiliza a natureza e os indivíduos como elementos de/para valorização incessante do valor, torna a Vida descartável. Mas qual(s) Vida(s)?

Não há no horizonte próximo uma reorientação teórica que questione o sistema de reprodução social de forma radical (excluído a teoria do valor e do fetiche da mercadoria). Há lampejos de reformulação dos ditames ideológicos e produtivos que assomam o globo, mas não de forma universalizante, apenas com lógicas próprias que atribuem a democracia (real?) o ideário moral e político para o reconhecimento de quais vidas são passíveis de serem vividas. Países são desintegrados por meio da austeridade, da reorientação dos gastos públicos e da dimensão do Estado moderno. Distinto da geopolítica de Cassandra (e de Antígona, por que não?), as minorias são descartadas do sistema da biopolítica por não atenderem aos interesses deste mesmo Mercado.

A loucura, na forma social, persiste. Da Tebas de Antígona e da Tróia de Cassandra à Grécia e a Turquia da modernidade:

A inconsciência que acabei mergulhando foi precedida de uma centelha de triunfo – o que pode parecer curioso apenas para aqueles que desconhecem a astuta relação existente entre as enfermidades e nossas manifestações reprimidas. Essa foi a crise, e durante algum tempo minha vida se dividiu entre o antes e o depois da crise – uma forma de calcular o tempo que em breve se tornou sem valor, como tantas outras, mais tarde (...) Sempre me permiti prazos de cegueira parcial. Tornar-me vidente de um só golpe me teria sido fatal (WOLF, 1990, p. 48).

As vidas precárias são o lixo da sociedade de consumo. Não são resíduos. Configuram-se como descartes-objetos e não sujeitos históricos. Não há espaço (leia-se interesse econômico) em integrá-las ao sistema. Tampouco promover leis que minimizem a

situação de violência que estão cotidianamente expostas.

A perspectiva democrática é amparada por uma legislação que não reconhece aquela parte de sociedade dos sem parte (Rancière, 2014) que exige direito a ter direitos. A biopolítica - racial, étnica, territorial – também é uma questão de gênero. A inserção relativa das mulheres neste universo da acumulação é uma falácia da modernidade, pois os salários e as posições de mando são diferenciados para baixo. A Ágora da modernidade é apenas o Mercado, o local para estabelecer irracionalmente a economia empresarial do lucro em detrimento da Vida.

Durante muito tempo fui incapaz de compreender isso: que nem todos podiam ver o que eu via. Que não percebiam a forma nua e sem sentido de acontecimentos. Pensava que estariam me fazendo de idiota. Mas não, acreditavam no que diziam. Isso tem que ter sentido. Como se fôssemos formigas: um povo cego atirando-se no fosso, afogando-se, formando a ponte para poucos sobreviventes, o núcleo de um novo povo. Como formigas nos atiramos em qualquer incêndio. Em qualquer inundação. Em qualquer rio de sangue. Apenas para não ver. Ver o quê? Nós mesmos. (RANCIÈRE, 1999, p. 50).

Uma integração parcial, seletiva de Vidas é, na leitura moderna da biopolítica, a barbárie contemporânea: a necropolítica (Mbembe, 2016). Não há como eliminar, por meio da política, o sistema de produção social vigente, se a própria política é um dos pólos deste mesmo campo histórico da economização abstrata do mundo; e o valor, o seu sujeito automático (KURZ, 2015).

Aqui retomamos o “asselvajamento do patriarcado” asseverado por Scholz (2017) para questionar o nosso tema central: vidas vivíveis. Nos momentos de crise, a carga e o fardo de nosso tempo histórico recaem sobre os ombros femininos. A integração de atividades (antes) dissociadas do processo de produção – o cuidar, por exemplo – busca minimizar os efeitos da contradição inerente ao processo de acumulação. O que a ensaísta alemã denomina de “mercantilização de todos os aspectos da vida”. A crise social resultante delimita quais são essas vidas passíveis de proteção jurídica e apoio nas redes sociais. O fundamento ético é suplantado pelo *ethos* coletivo que, na representação do Estado e suas instituições, legitima a violência.

Na cegueira coletiva para interpretar as razões da crise, a integração feminina em rincões de exclusividade masculina acirra a barreira contra uma (aparente) luta emancipatória. Na esfera econômica, o jogo remete ao reconhecimento não da questão de gênero, mas da solvência social, do direito tautológico determinado pelas regras de mercado. As condições críticas da vida democrática são expostas. Não há espaço/tempo para integração de todos em um sistema que prima pela concorrência e o individualismo. Resistências populares são manifestações para desfraldar a precariedade como condição *sine qua non* para manutenção de um sistema falido em seus fundamentos: a acumulação com base no trabalho abstrato na forma mercadoria.

Transformações sociais não coadunam com reformas no sistema de produção. A condição precária que se alastra no globo não será suplantada com o reconhecimento das minorias na forma mercadoria. O momento histórico é para questionar os pilares históricos do atual estágio da crise.

(Re)fundar o social como elemento ético, estético e plural. Afinal,

Talvez tenha sido sob uma luminosidade como esta, caso o navio dos aqueus tenha partido de Tróia ao entardecer, que as prisioneiras troianas comprimidas na proa tenham visto pela última vez as ruínas de sua cidade e do litoral natal. Essa visão deve ter aumentado sua dor e ao mesmo tempo ancorado esse amor do qual necessitariam para viver no estrangeiro. Mas entre os narradores que escreveram sobre elas, e que foram testemunhas desses acontecimentos, nenhum deles mencionou essa luz (WOLF, 1999, p. 186).

REFERÊNCIAS

ANOUILH, Jean. **Antigone**. Mayenne: La Table Ronde, 2003.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**: oito exercícios sobre o Pensamento Político. Lisboa: Relógio D'Água, 2014.

BENJAMIN, Walter. Crítica da violência - crítica do poder. In: **Documentos de cultura, documentos de barbárie**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1986, pp. 160-175.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **El grito de Antígona**. Barcelona: El Roure Editorial, 2001.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. Vida Precária. **Contemporânea**, nº. 1, janeiro-junho, 2011, pp. 13-33.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Violência(s) sobreposta(s): Contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças. In: DIAS, Isabel (Org.). **Violência doméstica e de gênero**. Lisboa: Pactor, 2018, pp. 97-122.

COSTA, Iná Camargo. Sérgio Buarque, o “Homem Cordial” e uma crítica inepta. **Outras Palavras**, 11 de maio de 2018. Disponível em <https://outraspalavras.net/poeticas/sergio-buarque-o-homem-cordial-e-uma-critica-inepta/>. Acesso em 05 de fevereiro de 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins. Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, Stanford, vol. 43, p. 1241-1299, julho. 1991.

KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.

KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial**: crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, nº. 32, dezembro de 2016, pp. 123-151. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em 31 de janeiro de 2023.

MENDES, Inês Alves. Antígona de António Pedro (1954): o alcance social e estético de uma peça. **Portuguese Cultural Studies**, vol. 5, n. 1, 2014. Disponível em <https://scholarworks.umass.edu/p/vol5/iss1/8> Acesso em 1 de março de 2023

PEDRO, António. **Antígona, Glosa Nova da Tragédia de Sófocles** em 3 Actos e 1 Prólogo Incluído no 1º Acto. Porto: Círculo de Cultura Teatral, 1957.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SCHOLZ, Roswitha. A teoria da cisão de gêneros e a teoria crítica de Adorno. In: CEVASCO, Maria Elisa & OHATA, Milton (Org.). **Um crítico na periferia do capitalismo**: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 168-180.

SCHOLZ, Roswitha. **Crítica da dissociação-valor e teoria crítica**. 2017. Disponível em http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz28.htm. Acesso em 08 de fevereiro de 2023.

SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. **Novos Estudos CEBRAP**, nº. 45, julho de 1996, pp. 15-36. Disponível em <http://www.obeco-online.org/rst1.htm>.

SÓFOCLES. **Antígona**. (Introdução, versão do grego e notas de Maria Helena da Rocha Pereira). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2018.

WOLF, Christa. **Cassandra**. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

SEXUALIDADE, PODER E HEGEMONIA: ENTRE O SUJEITO E A TOTALIDADE

Data de aceite: 03/04/2023

Douglas Santos Alves

Professor de Ciência Política na
Universidade Federal da Fronteira Sul –
UFFS. Erechim

1 | INTRODUÇÃO¹

Durante as décadas de 1960 e 1970 os estudos feministas ganharam forte impulso, acompanhados de estudos das chamadas “minorias”, como o movimento *gay*, negro e outros. A emergência destes movimentos sociais como sujeitos políticos representou uma guinada no campo acadêmico e científico que passou a incorporar nas análises temas como o da identidade e da subjetividade, dando maior ênfase ao componente cultural junto à organização e ação política dos grupos em questão.

Se o feminismo intitulado de segunda onda estava bastante influenciado por debates, conceitos e referenciais oriundos do marxismo, dentre outras correntes

teóricas, o impacto das correntes pós-estruturalista e do heterogêneo arco do que se chama de pós-modernidade determinou o chamado feminismo de terceira onda. Neste marco, a obra de Michel Foucault foi decisiva para a recusa de modelos teóricos centrados na contradição econômica e de classe, entendida como determinante macroestrutural. Sob sua influência, ao final da década de 1980, a teoria *queer*, aqui analisada centralmente a partir da obra de Judith Butler, radicaliza pressupostos foucaultianos e coloca em xeque as bases epistemológicas do feminismo representando uma ruptura decisiva com a segunda onda dos estudos feministas.

Embora essas duas contribuições sejam significativas, elas terminaram por renunciar dimensões macroestruturais da realidade social e centraram-se em demasia na dimensão cultural do problema, apoiando-se numa concepção de sujeito como sendo essencialmente

¹ Este trabalho foi apresentado na forma de *paper* no XXXI Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia realizado em Montevideu, Uruguai em 2017.

sujeitado. Isso colocou em suspenso dois pontos aqui considerados fundamentais, a questão da fragmentação da realidade social e a desarticulação da totalidade econômica, política, social e cultural, e a questão da emancipação dos atores políticos que sofrem com a opressão e a discriminação.

Nesse sentido, entende-se que mediante análise crítica de alguns aspectos dessas correntes teóricas é possível articular certas problemáticas e conceitos ao instrumental marxista, retomando a dimensão da totalidade e o problema da emancipação sem recair em leituras economicistas e mecanicistas.

2 | A TEORIA QUEER NA OBRA DE JUDITH BUTLER

Identificando-se com uma expressão cujo significado pode ser entendido como “estranho”, “bizarro” e ao mesmo tempo um marcado adjetivo pejorativo contra homossexuais, a palavra “*queer*” passou a definir corrente teórica na qual Butler se inscreve. Embora não seja homogênea, ao contrário, a teoria *queer* carrega alguns pressupostos importantes. Segundo Miskolci (2009), ela surge do encontro entre o pós-estruturalismo francês com os estudos culturais norte-americanos, problematizando concepções consolidadas acerca do sujeito, identidade, agência etc. (p. 152). Ainda segundo este autor, o elemento comum que marca a corrente é o questionamento dos pressupostos teóricos dos sujeitos, de modo a desnaturalizá-los como o resultado de processos políticos de normalização (MISKOLCI, 2009, p. 174).

Um dos centros da teoria *queer* é a recusa da ideia de uma essência de gênero no ser humano, daí sua crítica à associação entre orientação sexual, gênero e sexo biológico. Uma vez desfeita tal associação, é possível tomar o corpo como objeto de um ideal normativo, oriundo da cultura, que diz como se deve ser. A partir desse ponto, ser Homem ou ser Mulher, tanto quanto ser Homossexual ou Heterossexual, é a realização do ideal normativo por meio de performances, atos, gestos e modos de ser que revelam a identidade essencial da pessoa. Isso implica, de certo modo, em cumprir com expectativas culturalmente definidas, que permitem que uma pessoa “interprete” outra dentro de um esquema de inteligibilidade baseado em identidades binárias, organizadas pelas oposições de masculino e feminino. É, portanto, a crítica desse esquema que, segundo Butler, revelaria a fluidez do gênero, sua artificialidade e fragilidade. Por meio de performatividades que escapam da norma ideal, a mistura de símbolos, gestos e atuações embaralham os significados de gênero presentes em cada detalhe da vida social. O resultado, então, seria a produção de algo “bizarro”, confuso, ininteligível, ou ainda, *queer*. Isso daria um conteúdo político altamente subversivo às chamadas “paródias performativas”, estremecendo as normas culturais e mostrando possibilidades para além do binarismo imposto, ampliando as liberdades dos indivíduos em seu modo de ser, a partir da crítica da noção de um sujeito de gênero, contínuo, coerente e estável.

A matriz de sexualidade e gênero dominante em nossa cultura torna-se hegemônica por meio dos regimes de regulação. Entre o ideal normativo, que reside na instância cultural, e a ação performática, que opera *através* dos corpos, articulam-se um conjunto de mecanismos políticos como parte dos regimes de poder que disciplinam as performances de gênero.

É importante ressaltar que, da obra de Michel Foucault, a ideia de mecanismos reguladores, associados aos poderes disciplinares, à biopolítica e ao dispositivo da sexualidade, exerceram forte influência sobre o pensamento de Butler. Esses elementos asseguram a materialização da norma ideal de gênero, e da matriz de sexualidade a ela associada, ao disciplinarem as ações performativas, ou seja, ao realizarem sua materialidade sobre os corpos. Isso, por sua vez, permite conceber a subjetividade das pessoas e o próprio sujeito como efeito desses mecanismos de poder, conectando-os à instância cultural por meio da sujeição de sua subjetividade e ações.

Gênero e sexualidade, então, passam a ser o resultado da repetição dos atos performativos e não a consequência que se desdobra de uma suposta essência residente no sexo biológico. Articulando aspectos e práticas materiais desde a cultura e o discurso, a materialidade, inclusive a do corpo², é o resultado de um processo de significação cultural (SALIH, 2012, p. 113-114). Com efeito, sua crítica coloca em dúvida a construção de um sujeito com capacidade de ação dada, uma vez que as teorias que modernas partem, sem o revelar, de *fundamentos contingentes* (BUTLER, 1998). Uma vez que Butler afirma que a cultura antecede e dá sentido ao corpo e as práticas que o submetem, supõe-se que exista certa autonomia da esfera cultural, ainda que relativa e articulada com a materialidade das práticas.

Diante disso, a questão propriamente política se situa na quebra da repetição dos atos performativos. Ou seja, a possibilidade de que exista variação na repetição implica na possibilidade de subversão da norma. Deve-se destacar que a autora não aponta quais fatores interferem nesta variação, o que possibilitaria uma articulação com elementos que constituem as condições de existência dos sujeitos, conforme será debatido adiante. Ao mesmo tempo, isso preserva e reforça certa autonomia da norma, que é tomada *em si e por si*.

Uma vez identificada a artificialidade da construção do sujeito generificado, a preocupação de Butler é como revelar essa artificialidade. Conforme suas palavras: “Se esses estilos são impostos, e se produzem sujeitos e gêneros coerentes que figuram como seus originadores, que tipo de *performance* poderia revelar que essa ‘causa’ aparente é um ‘efeito’?” (BUTLER, 2013, p. 200).

A partir dos atos performativos está colocada a possibilidade da subversão, cujo objetivo seria a conclusão/revelação de que não existe uma “essência de gênero” =

2 Apropriando-se de Foucault e Wittig a autora afirma que “o sexo não *descreve* uma materialidade prévia, mas produz e regula a **inteligibilidade da materialidade** dos corpos.” (Cf. BUTLER, 1998, p. 26).

identidade.

É precisamente nas relações arbitrárias entre esses atos que se encontram as possibilidades de transformação do gênero, na possibilidade da incapacidade de repetir, numa deformidade, ou na repetição parodística que denuncie o efeito fantasístico da identidade permanente como construção politicamente tênue (BUTLER, 2013, p. 201).

Os atos performativos são subversivos quando realizam a paródia de gênero. A subversão, importa dizer, está na revelação da própria autonomia do ideal normativo de gênero. O ato de denunciar sua artificialidade ou natureza ficcional não deixa de ser, portanto, o de reafirmar sua autonomização e anterioridade.

Esse parece ser seu limite político. Isso significa que uma vez que se consiga subverter o gênero como essência identitária, revelando o caráter fantasioso de sua naturalização, estará se subvertendo as relações de poder que o produzem como verdade natural. Diante disso deve-se colocar o problema, precisamente, do elemento que faz a mediação entre a performance e a norma cultural, ou seja, os regimes de regulação trazidos da obra de Foucault.

2.1 O problema da punição

Nas palavras da autora: “o gênero é uma *performance* com consequências claramente punitivas. [...] de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente seu gênero” (BUTLER, 2013, p. 199). Isso ocorre em função de como o ideal normativo de gênero opera por meio das práticas reguladoras. Desse modo, as ideologias em torno da sexualidade e do gênero conectam-se com o conjunto de mecanismos de sujeição cuja existência é material.

Se a norma de gênero é ideal, contudo, isso significa a impossibilidade, ou no mínimo certa dificuldade, em adequar-se sempre e plenamente a ela. Em outras palavras, pode-se dizer que tal norma, e o sistema discursivo que atua por detrás dela, não dá conta da totalidade das práticas dos sujeitos. Este fato engendra, portanto, uma contradição, real ou potencial, entre a norma e os atos performativos.

Os mecanismos de poder e disciplina, ao operarem concretamente a “punição”, *vêm a ser* como elementos presentes na construção e reprodução da matriz de gênero e da sexualidade hegemônicas. Ou seja, as performances devem repetir-se regularmente, e para garantir sua repetição o fator coercitivo se faz presente. A sujeição do sujeito, como constructo ideal, torna-se real e material sob essa coação, ou sob as ações que ela disciplina.

O problema da performance, então, ganha materialidade nas diversas formas jurídicas, políticas e sociais que operam na relação normativa com a visão de mundo dominante e determinam o campo de ação das pessoas. Antes de passar ao problema da materialidade do poder disciplinar e sua relação com a totalidade, é importante debater a

questão do sujeito com base nas proposições mostradas acima.

3 | SUJEITO, LIBERDADE E NECESSIDADE

As performances parodísticas, sob nosso ponto de vista, não excluem necessariamente a ação coletiva e a conformação de estratégias políticas de transformação estrutural da sociedade. O ponto considerado polêmico deve ser deslocado destes antagonismos aparentes para um terreno mais profundo, o da autonomização da cultura e do ideal normativo.

O problema colocado pelo pós-estruturalismo e a teoria *queer* centra-se no sujeito como sujeitoado, ou seja, no sujeito “em si”. O debate que o marxismo propõe permite que se transcenda esta condição, reconhecida somente como um momento do sujeito que *vem a ser*. Isso significa a possibilidade de outro momento, o sujeito “para si”. Seria forçoso afirmar que aquelas teorias negam o sujeito ou recusam qualquer possibilidade de liberdade, uma vez que isso implicaria em inevitável determinismo. Contudo, o caráter contingente de seus fundamentos afasta a possibilidade de superação da sujeição na forma do “para si”, que envolve certa necessidade³.

Esta necessidade reside em dois pontos fundamentais. O primeiro é o reconhecimento da unidade entre as instâncias que compõem a realidade e a recusa da autonomização absoluta dessas instâncias. O segundo decorre do reconhecimento da constituição política dos sujeitos de gênero, ou seja, tomá-los como o efeito ou resultado de relações de poder, ponto defendido pelos teóricos criticados. Se tal premissa for aceita, a premissa da sujeição, então não é na variação aleatória das práticas performáticas que as relações de poder serão subvertidas. Ao contrário, é pela negação destes mecanismos de regulação, desde a prática, que reside a possibilidade de sua subversão. Uma vez que tais mecanismos são a negação mesma da possibilidade de liberdade, trata-se assim da negação desta negação. A consequência disso é reconhecer um elemento de necessidade à liberdade, recusando aleatoriedades de qualquer ordem na ação. O confronto torna-se momento necessário à sua realização.

Para sair do plano abstrato é preciso estabelecer a relação dos pontos descritos acima. Se os regimes de poder que disciplinam as ações performáticas dos indivíduos orientam-se desde a cultura, então o confronto contra estes mesmos regimes encerra a possibilidade da produção de outra cultura, ou seja, da crítica filosófica (filosofia entendida em termos gramscianos)⁴. Esse processo implica em “mundanizar” a norma ideal ou a visão de mundo hegemônica. Uma vez que ela se materializa nos variados aparelhos de

3 Para Gramsci existe uma relação entre necessidade e vontade expressa em seu debate sobre Maquiavel. Do mesmo modo, para a dialética marxista há uma relação direta entre liberdade e a consciência da necessidade histórica.

4 O processo de crítica filosófica reside em transformar os problemas práticos e imediatos decorrentes da subordinação, que geralmente aparecem como privados e particulares, na forma de problemas políticos e públicos. Isso gera o confronto com a visão de mundo dominante e revela as conexões entre esta e os aparelhos que as reproduzem e difundem e, destes, com os grupos que as elaboram e sustentam (incluindo seus intelectuais).

hegemonia do Estado Ampliado e seus intelectuais, o que será debatido no próximo tópico, isso determina os sujeitos e objetos concretos *nos* quais e *contra* os quais se confrontar.

A contradição entre teoria e prática, ou entre visão de mundo hegemônica e a conduta de pessoas e grupos, encerra a possibilidade da crítica filosófica ou cultural. Ou seja, a produção de uma subjetividade social particular, que se destaca da visão de mundo dominante no ato de sua negação, e que consegue, por meio da política, dar unidade, coesão, e identidade ao grupo subalterno, de modo a fazê-lo destacar-se como massa "para si". (MARX, 2010a.; GRAMSCI, 1999).

O confronto com o poder que impõe a norma cultural, assim, tende a revelar a unidade entre as instâncias que até então se apresentaram como autônomas. A partir disso é possível reposicionar, desde a prática, o sentido da subversão do ideal normativo de gênero. Não se trata de denunciar sua artificialidade a partir da afirmação da sua autonomia e contingência em relação aos indivíduos. Ao contrário, deve-se percorrer o caminho oposto e revelar sua necessidade frente aos mecanismos materiais que movimenta e nos quais se realiza, ou ainda, sua **falsa autonomia**. Isso significa a superação do estranhamento⁵ do ideal normativo por meio do reconhecimento dele como efeito de práticas materiais politicamente reguladas. Ao localizar a norma ideal e a cultura em que se inscreve no quadro da totalidade, revelando sua unidade com a instância material e as práticas que aí ocorrem, pode-se concluir que a luta contra os regimes de poder e regulação sobre os quais ela se assenta engendra a possibilidade de sua superação. O nexo entre instância cultural e relações materiais reside na crítica prática e, por meio desta, se realiza a crítica filosófica como negação da norma cultural hegemônica.

Embora a diferença pareça sutil, ela permite a apropriação de algumas ideias e conceitos da teoria *queer* e do pós-estruturalismo integrando-os ao pressuposto da totalidade e da materialidade. Isso torna possível conceber o movimento social (Feminista, Negro, LGBT, etc) enquanto sujeito político efetivo e em relação com a sociedade política. Ao mesmo tempo, torna possível conceber os movimentos como dotados de visão de mundo própria, ou ainda, de projetos políticos emancipatórios.

4 | FOUCAULT E OS MECANISMOS POLÍTICOS DE REGULAÇÃO

O debate proposto por Butler está bastante focado na denúncia dos regimes de poder que constituem o sujeito de gênero como essência natural e imutável. Mas a autora não chega a desenvolver a fundo o problema dos mecanismos de regulação e disciplina, uma vez que está apoiada nas elaborações de Foucault. Assim, torna-se necessário debater os conceitos foucaultianos de poder disciplinar e biopolítica.

A analítica do poder do filósofo divide-se centralmente em dois eixos: a) O poder disciplinar, que opera nas relações imediatas a partir das pequenas hierarquias, da

⁵ A palavra estranhamento aqui é usada no sentido atribuído por Marx, Cf. Marx (2010b).

vigilância, da organização dos espaços, adotando como modelo o *panopticon*. Assenta-se sobre os corpos e se realiza em seus gestos e movimentos. É o poder individualizante, que especifica e isola os indivíduos dentro de dispositivos de economia de poder, gerando sua docilidade e aumentando sua produtividade; e b) o biopoder, que incide sobre as populações, controla e regula os fenômenos de massa. Expressa táticas de governo e gestão populacionais e tem como objetivo a maximização da vida e sua otimização. Ainda segundo o autor, é a sexualidade enquanto dispositivo que permite a articulação entre ambos os eixos de poder. Isso nos permite deslocar o problema para as mediações que articulam o indivíduo e o poder o Estado, perpassando o tecido social em sua materialidade política.

A análise de Foucault, então, realiza uma separação radical entre o poder do Estado e os poderes que operam na sociedade. Desse modo, sua crítica ao marxismo pode ser realizada, centrada na denúncia de que a simples tomada da máquina estatal não é o suficiente para alterar as relações de poder dispersas na sociedade. Embora sua elaboração sobre o Estado seja relativamente conhecida, a passagem que segue é interessante, pois abre espaço para tecer articulações do poder estatal com os micro-poderes:

É certo que o Estado, nas sociedades contemporâneas, não é simplesmente uma das formas ou um dos lugares – ainda que seja o mais importante – de exercício do poder, mas que, de certo modo, todos os outros tipos de relações de poder a ele se referem. Porém, não porque cada um dele derive. Mas, antes, porque se produziu uma estatização contínua das relações de poder (apesar de não ter tomado a mesma forma na ordem pedagógica, judiciária, econômica, familiar). Ao nos referirmos ao sentido estrito da palavra “governo”, poderíamos dizer que as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado (FOUCAULT, 2010b, p. 292-293).

O autor trabalha o Estado e suas instituições como o ponto de chegada das relações de poder difusas na sociedade e não como seu ponto de partida. Contudo, nesta passagem vemos que ele reconhece alguma articulação com o poder estatal, ou o que chama de “estatização das relações de poder”. Na mesma direção, em *A História da Sexualidade Vol. 1*, o poder congrega inúmeras correlações de força no interior da sociedade, das quais as instituições onde se cristalizam são o fim e não o início. (FOUCAULT, 1988, p. 102-103). Assim, o poder é imanente às relações desiguais e assimétricas:

Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social (FOUCAULT, 1988, p. 104).

Fica nítida a preocupação do autor em estabelecer uma relação de causalidade e de direção, na qual o poder flui de modo *ascendente* entre sociedade, instituições (formais ou não) e o Estado. Em outra passagem pode-se observar que o filósofo francês abre

margem para certa articulação entre o conceito de Biopoder e as relações de produção e reprodução da ordem social:

O ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornadas possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos (FOUCAULT, 1988, p. 154).

A citação é interessante e mostra que de fato há diálogo entre relações de produção e Biopolítica. Contudo, o autor recusa um centro articulador de poder e sua funcionalidade necessária, ainda que nem sempre consciente e deliberada, a um determinado grupo ou classe social.

Sua abordagem, portanto, afasta a possibilidade de uma relação dialética mais profunda entre os termos que apresenta, na qual um não pode ser concebido sem o outro. É na relação entre as partes que se configura o poder, como modo de articulação delas. Se determinadas correlações de força permitem sua cristalização em instituições – tese bastante desenvolvida por Poulantzas (1985) – estas por sua vez, são organizadas, articuladas e legalizadas pelo Estado. Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que tais instituições interagem com as correlações de força em que se apoiam, geralmente no sentido de sua preservação. Isso permite dizer que tem força inercial, de estabilização e fixação, tendo por fim, efeito de naturalização das relações sociais dadas. Mesmo que atuem em outra direção, o fato é que podem ser tomadas como fator de intervenção ativa sobre as correlações de força estabelecidas, não só como resultado de seus equilíbrios, mas também como produtoras de novos equilíbrios. Em todo caso, trata-se da capacidade de a sociedade política incidir sobre a sociedade civil e não somente a relação contrária. Essa é a dimensão produtiva do poder.

5 | A CRÍTICA MARXISTA

O ponto essencial da crítica que se pretende fazer é que os elementos que estão desarticulados entre si na teoria foucaultiana podem ser rearticulados a partir da teoria gramsciana. Ao mesmo tempo, pode-se retomar o problema da performance de gênero em Butler e dos regimes de poder e mecanismos de regulação oriundos de Foucault e inscrevê-los no marco de uma teoria mais ampla. Ao incorporar estes elementos à totalidade, por fim, abre-se espaço para o sujeito “para si” e a superação das relações de subordinação.

A diferença fundamental entre Gramsci, o marxismo e os teóricos com quem estamos dialogando, reside na clara articulação com a totalidade da formação social capitalista. O conceito de Estado Ampliado, portanto, nos permite retomar a ligação entre diferentes poderes que operam em níveis diversos da totalidade social, incluindo as instituições e aparelhos em que se materializam e que incidem sobre as performances individuais, com a própria necessidade de reprodução das relações capitalistas de produção (ARRUZZA,

2015).

Nos Cadernos do Cárcere o autor coloca o problema da passagem do indivíduo ao “homem coletivo”, que ocorre por meio da imposição de uma dada visão de mundo que tende a orientar sua ação (GRAMSCI, CC11, §12, 1999)⁶. Mais especificamente, participar de um grupo social implica em participar da visão de mundo deste grupo, ou seja, partilhar sua ideologia. Também é importante retomar o elemento moral que Gramsci atribui às ideologias⁷. Ao orientar a conduta e o comportamento das pessoas, o elemento moral determina um caráter normativo à visão de mundo.

A construção gramsciana, importa destacar, é feita em aberto confronto com o idealismo de sua época, particularmente o de Benedetto Croce. O traço distintivo de sua elaboração é o estabelecimento da unidade entre estrutura e superestrutura, recusando o materialismo mecanicista ou metafísico. A atividade pratica em si é tomada como força material⁸ e, ao relacionar-se com o pensamento e as ideias, constitui com elas uma unidade igualmente material.

O elemento moral que a filosofia encerra é o que permite a Gramsci identificá-la com a política. A produção de ideias, discursos e outras formas culturais são, conseqüentemente, um modo de intervir ativamente na história. Essa foi a chave de análise do marxista ao estudar o pensamento de Croce e polemizar com ele.

Mas a capacidade de intervenção ativa, seja ela consciente e deliberada ou não, relaciona-se com as condições em que os indivíduos e grupos existem. Uma vez que sua existência prática está condicionada pelas relações objetivas que constroem, e das quais são resultado, suas próprias práticas – e assim sua visão de mundo – também sofrem tal influência. Ao conectarem-se com a prática, então, as ideologias perdem sua contingência e devem ser compreendidas em sua historicidade e sob a perspectiva da necessidade.

Assim, a visão de mundo hegemônica, que passa pela atuação *nos* e *dos* aparelhos de coerção e de hegemonia articulados no Estado Ampliado ou Integral (BUCI-GLUCKSMANN, 1980), pode entrar em contradição com as práticas sociais ou a ação concreta das pessoas. É isso que encerra a possibilidade da superação desta contradição, por meio da política, que por si mesma encerra alguma racionalidade necessária (DIAS, 1996).

Quando Foucault critica a estratégia de alteração das relações de poder pela incidência sobre/desde o Estado, apoiando-se no argumento de que as relações de poder estão espalhadas pela sociedade, ele reproduz exatamente aquilo que Gramsci criticou em outros teóricos. Ao lançar mão do conceito de Guerra de Movimento (que representa a tática da ação frontal contra o Estado), Gramsci afirma que isso não é o suficiente para se

⁶ Utilizamos aqui a referência dos atuais estudos gramscianos, na qual CC refere-se ao Cadernos do Cárcere, seguido do número do caderno e o parágrafo com o número correspondente da edição brasileira de 1999-2002, aqui citada somente como 1999.

⁷ O elemento moral associa-se ao conceito de religião, que encerra uma dada visão de mundo e uma moral específica que orienta a conduta das pessoas.

⁸ Ideia que fora sintetizada por Marx nas suas Teses Sobre Feuerbach.

realizar uma transformação política substancial. O que está em questão é o problema das correlações de força múltiplas e das clivagens gerais que estão presentes na sociedade. Assim, o debate feito pelo marxista sobre a tática da Guerra de Posição (que representa a tática da disputa dos aparelhos de hegemonia na sociedade civil) responde o problema levantado por Foucault da tomada do Estado, ao mesmo tempo em que recoloca a questão do que fazer diante dos poderes que operam no interior da sociedade. Isso define de modo concreto que aparelhos e instituições agem sobre os indivíduos, determinando uma nova arena de conflito, a sociedade civil.

O conceito de Estado Ampliado tem como centro a unidade entre Estrutura e Superestrutura e Sociedade Civil e Sociedade Política. Ele expressa o alargamento das funções estatais para as instituições que residem na sociedade civil, mas também a incorporação pelo Estado de funções típicas daquela. Para além dos aparelhos que compõem ambas as instâncias, contudo, o conceito alcança o indivíduo, como construção necessária à formação social existente. De acordo com Gramsci (CC13, §11, 1999), o Estado auxilia a criar e manter um tipo de civilização (e de cidadão), atuando também no sentido de fazer desaparecer certos costumes e difundir outros: “O Estado, também neste campo, é um instrumento de ‘racionalização’, de aceleração e de *taylorização*; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e ‘pune’...” (p. 28). Embora o acaso da semelhança com a linguagem foucaultiana, o significado deste fragmento remete ao caráter produtivo, ao mesmo tempo regulador e disciplinador, do Estado em sentido Integral.

Deve-se observar, ainda, que Gramsci trabalha com uma noção de Norma próxima da que Foucault e Butler utilizam e que se associa ao poder disciplinar. Para os últimos, a norma atua sobre os corpos, reproduzindo-se na ação destes. Do mesmo modo, o poder atua na estruturação do campo de ação dos indivíduos, o que permite que a norma se materialize a partir do regime de poder posto. Em Gramsci, a norma está ligada a orientação para ação. Nesse sentido, é possível falar de “normatividade”, na medida em que as ideologias atuam na direção de organizar a conduta das pessoas. Também a partir deste debate, deve-se lembrar que as ideologias não existem em si e por si, mas ligadas a grupos específicos e materializadas nos aparelhos de hegemonia que se localizam principalmente na sociedade civil.

Desse modo, pode-se articular todos estes elementos sob o conceito de Estado Ampliado, que “pressiona, incita, solicita e pune”, elaborando costumes e impondo “sanções e obrigações” ao indivíduo. As táticas de confronto, Guerra de posição e Guerra de Movimento, ou ainda as formas de subversão, demanda a compreensão das relações de força dadas na sociedade a cada momento. A cultura hegemônica e suas normas ideais são parte de uma totalidade maior, que se realiza a partir de relações de força e disputas ideológicas para firmar-se como hegemonia. É neste quadro geral que o problema da opressão ganha sentido e materialidade. E é nele que os sujeitos podem vir a tornarem-se sujeitos “para si”.

6 | CONCLUSÃO

O marxismo desenvolve a ideia de que o capitalismo, enquanto sistema centrado na exploração de classe, demanda invariavelmente um conjunto de formas jurídicas, políticas e ideológicas para se reproduzir. Na esfera diretamente produtiva, a coerção explícita se faz ausente, vindo a concentrar-se numa outra esfera, a estatal (HIRSCH, 1977). Do mesmo modo, a divisão do trabalho produtivo e doméstico é fundamental para a reprodução do capital, ao mesmo tempo em que reforça sistemas de opressão como o patriarcado.

Assim, o trabalho assalariado livre, a divisão entre privado e público e o sujeito de direito, tão caro à modernidade, são elementos constitutivos das relações de exploração. Além disso, o desdobramento necessário desse processo é a produção das esferas econômica, política e cultural como instâncias aparentemente autônomas.

A totalidade, então, demanda como condições necessárias a educação, a indústria cultural, a igreja, os discursos de gênero, a polícia (ARRUZZA, 2015), e por consequência, um conjunto de valores que orientam práticas sociais nas quais as pessoas reproduzem cotidianamente a ordem e o *status quo*. Isso torna os elementos que constituem o Estado Ampliado essenciais à garantia e continuidade das relações sociais como um todo.

Com base em tais assertivas, é possível recuperar a noção de totalidade própria do marxismo, articulando em seu interior elementos centrais das teorias de Butler e Foucault. A cultura, enquanto dimensão que forma unidade com as práticas sociais, emerge sob aparência autônoma, e volta-se de modo estranhado, externo e hostil, sobre as pessoas, ganhando contornos de norma ideal. Sua elaboração e difusão por meio das práticas sociais e performativas ocorre através de mecanismos de poder e regulação necessários à reprodução do capital, que podem ser analisados sob o conceito de Estado Integral. A articulação material das distintas e aparentemente autônomas dimensões da totalidade, sob mediação desses mecanismos disciplinares e também dos aparelhos de hegemonia que produzem e legitimam discursos e ideologias, fornecem arenas de luta aos subalternos. Com isso, a subversão cultural, prática e política, torna-se viável e se inscreve em um marco mais amplo. Ao mesmo tempo, isso permite a elaboração de uma crítica cultural, tanto teórica quanto prática, que pode entrar em confronto com o modelo hegemônico. Assim, é possível conceber a emergência do sujeito político, “para si”, e de seus projetos de emancipação.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, 1º sem., p. 33-58, 2015. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/consideracoes-sobre-genero-reabrindo-o-debate-sobre-patriarcado-eou-capitalismo>. Acessado em 20/7/2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo Fernandes *et al.* **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, p. 9-80, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. Como se exerce o poder? In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol 6, 1999-2002.

MARX, Karl. **A crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **Manuscritos Econômico Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MISKOLCI, Richard. A teoria *queer* e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**. Porto Alegre: Universidade federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ano 11, n. 21, 2007.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

AS METAMORFOSES DO ENVELHECER FEMININO À LUZ DOS CORPOS E DOS AFETOS

Data de aceite: 03/04/2023

Angela Virgínia Brito Ximenes

ORCID 0000-0003-1249-2172

RESUMO: Os estudos sobre as velhices femininas sobretudo em seus aspectos sociais/culturais ganharam maior pertinência na última década com os recentes avanços dos estudos interdisciplinares, iter e transeccionais envolvendo fatores tais como gênero, raça e etnia, por exemplo. Abordar o envelhecimento humano não é mais exclusividade do campo de estudo da gerontologia - nascida na década de 1940. As colaborações advindas de investigações qualitativas e quantitativas das Ciências Humanas e Sociais promovidas pelas novas fontes de pesquisa sobre o tema trouxeram a dinamicidade de informações que as múltiplas velhices demandam. As transversalidades de estudos analisadas por novos olhares epistemológicos nas temáticas

de gênero, nos novos arranjos familiares, no bem-estar coletivo/individual, na ética do cuidado, nas relações intergeracionais, na exaltação ao empreendedorismo e autonomia, no eventos históricos produzidos em diferentes épocas e espaços produzem novos contornos no investigar o envelhecimento na contemporaneidade. Nessa perspectiva com o objetivo de levantar algumas reflexões sobre o multifacetado processo de envelhecimento feminino em suas transformações internas e externas formulamos este texto à luz de dois textos: o conto “A Procura de Uma Dignidade” (LISPECTOR, 2016)¹ e “Invocando o afeto: teoria cultural e a virada ontológica.” (HEMMINGS, 2005)². A ideia de mesclar obras de fontes literárias ficcionais da literatura brasileira com teorias feministas (BEAUVOIR, 2018, LORDE, 2019, PATEMAN, 1993), para tratar sobre os estereótipos negativos³,

1 Clarice Lispector (1920-1977) autora nascida na Ucrânia, mas que sempre se autodeclarou brasileira é reconhecidamente uma das mais importantes escritoras do século XX, autora de romances, contos, e ensaios. Em várias obras de Lispector as mulheres idosas surgem em tons de melancolias, silenciamentos e exclusões. Por muitos anos ela foi relegada a uma categoria mais baixa dentro do mundo literário por diversos recensores e críticos. Não gostava de ser comparada à Virginia Woolf porque esta havia desistido: “O horrível dever é ir até o fim.” (Moser, 2016)

2 Clare Hemmings é professora de Teoria Feminista e Estudos de Sexualidade na London School of Economics and Political Science desde 1999. É autora da obra *Why Stories Matter* (2011) que trata sobre a importância de narrar histórias dos diversos feminismos, sobretudo com o foco problemático das uniformidades narrativas da história do feminismo ocidental.

3 Walter Lippmann definiu o conceito de estereótipo como a imagem típica que surge na mente quando se pensa num

predominantemente, presentes nas mulheres mais velhas coaduna com a necessidade de análises mais refinadas quando tratamos das múltiplas velhices e feminismos no mundo ocidental.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, velhices, corpos, afetos, interdisciplinaridade.

1 | INTRODUÇÃO

Liberdade das restrições opressivas impostas pelo sexo significa liberdade das restrições biológicas e sociais. Autodeterminação significa ser livre para decidir o próprio destino; ser livre para definir seu papel social; ter a liberdade de tomar decisões referentes ao próprio corpo. Autonomia significa conquistar o próprio status, não obtê-lo por meio de herança ou casamento; significa independência financeira; liberdade de escolher seu estilo de vida e vivenciar sua orientação sexual – tudo isso sugere uma transformação radical de valores, teorias e instituições existentes (Lerner, 2019, p.287).

A diversidade social em suas profusas formas necessita de uma contínua e evolutiva compreensão das dimensões metodológicas, ontológicas, teórico-epistemológicas nas pesquisas acadêmicas, assim acontece as mais recentes investigações sobre o envelhecimento feminino. Para o compositor brasileiro Arnaldo Antunes (2009)⁴ o envelhecer é a coisa mais moderna que existe nessa vida, mas o que é a velhice? Concebemos inicialmente a representação de que o processo de envelhecimento não ocorre de maneira homogênea em todos os organismos (BEAUVOIR, 2018), de fato a longevidade depende de fatores biológicos, sociais, políticos, econômicos, mentais, dentre outros, interagindo mutuamente ou não. É portanto processo com várias dimensões e dinamicidades provocando desdobramentos e debates. É urgente abriremos os horizontes do envelhecer e aproximá-lo à realidade social existente sem sobrepujar os símbolos, crenças, valores e discursos pertinentes aos processos da vida cotidiana que sempre é mutável. Temos que lidar com o envelhecimento durante todo o processo evolutivo desde que nascemos e o dilema entre morrer prematuramente ou envelhecer é real, não existe outra alternativa.

Entre fardos e prazeres o envelhecimento ganhou relevância a partir do século XX com a mudança demográfica mundial. O envelhecimento populacional e a transição demográfica resultaram da associação de dois eventos: o declínio da taxa de fertilidade (a taxa global de fertilidade caiu de 3,2 nascimentos por mulher em 1990 para 2,5 em 2019), e do declínio da taxa de mortalidade (a expectativa de vida global aumentou de 64,2 anos em 1990 para 72,6 anos em 2019 e deve aumentar para 77,1 anos em 2050). Globalmente, o número de pessoas com 80 anos ou mais deverá triplicar até 2050 passando de 137 milhões em 2017, para 425 milhões em 2050 como revela dados do United Nations Regional

determinado grupo social. Assim, o estereótipo é visto como um esquema cognitivo utilizado na percepção social quando se processa informação sobre os outros. Lippmann, W. (1922). Public opinion. New York. Transaction Publishers
Disponível em: https://monoskop.org/images/b/bf/Lippman_Walter_Public_Opinion.pdf
4 Arnaldo Antunes compôs a música “Envelhecer” que faz parte do Cd “lê lê lê” de 2009.

Information Center (UNRIC)⁵, e até 2050, uma em cada seis pessoas no mundo terá mais de 65 anos, cerca de 16%. No Norte da África e a Ásia Ocidental, Ásia Central e do Sul, Leste e Sudeste da Ásia e América Latina e Caribe, a proporção da população com 65 anos ou mais deve dobrar até 2050. No mesmo período, uma em cada quatro pessoas que vivem na Europa e na América do Norte pode ter 65 anos ou mais⁶.

Mudanças demográficas demandarão novas dinâmicas na promoção de planos e programas sociais, políticos e econômicos específicos que atendam ao público mais longo.

In demographic analysis, age 60 is typically taken as the dividing line between older and younger cohorts of the population. On the other hand, many people, especially in the developed countries, think of 65 as the cut-off point because it is at this age that many people become eligible for full pension and social security benefits for older persons; but such a cut-off point does not apply everywhere else. Old age, then, cannot be defined exactly because the concept does not have the same meaning in all societies. Nor, with the steady expansion of life expectancy, does it correspond to a specific time span. (WORLD ECONOMIC AND SOCIAL SURVEY 2007, p.31)⁷

Assim como o gênero e a raça/etnia, o campo etário ganha cada vez mais destaque nas interpelações analíticas no cenário social contemporâneo, onde seus diferentes sujeitos podem ser olhados mais analiticamente privilegiando a comunicação desses marcadores na produção de identidades. As representações identitárias das mulheres longevas não estão limitadas aos documentos oficiais que trazem suas datas de nascimentos, elas podem ser exploradas através de novos projetos, relações e perspectivas existenciais. Historicamente a denominação “velho” sempre foi acompanhada por adjetivos preconceituosos e pejorativos como: decadência, inutilidade, dependência, pobreza e doença (KACHAR, 2003). Dentre vários marcadores utilizados para classificar as pessoas como idosas o etário é o mais convencional é o caso, por exemplo, da Organização Mundial da Saúde (OMS) que considera como pessoa idosa aquela que possui 60 anos ou mais se residentes em países em desenvolvimento, e com 65 anos e mais se residentes em países desenvolvidos. No entanto, se partirmos da ideia de que o envelhecimento está vinculado a um processo biológico de declínio das capacidades físicas - fragilidades psicológicas e comportamentais - o estar saudável deixará de ser relacionado com a idade cronológica passando a ser compreendido como a capacidade do organismo de responder às necessidades da vida

5 United Nations Regional Information Center (UNRIC), localizado em Bruxelas, presta serviços de informação a 22 países da Europa: Andorra, Alemanha, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Malta, Mônaco, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Santa Sé, São Marino e Suécia. Site: <https://unric.org/pt/envelhecimento/> Acessado em 14.01.23

6 <https://news.un.org/pt/story/2019/06/1676601>

7 Na análise demográfica, a idade de 60 anos é normalmente considerada como a linha divisória entre os mais velhos e os mais jovens coortes da população. Por outro lado, muitas pessoas, especialmente nos países desenvolvidos, pensam em 65 anos como o ponto de corte porque é nessa idade que muitas pessoas se tornam elegíveis para pensões integrais e benefícios previdenciários para idosos; mas tal ponto de corte não aplicar em qualquer outro lugar. A velhice, então, não pode ser definida exatamente porque o conceito não tem o mesmo significado em todas as sociedades. Nem, com a constante expansão da expectativa de vida, correspondem a um intervalo de tempo específico. (WORLD ECONOMIC AND SOCIAL SURVEY 2007, p.31. Trad. autora)

cotidiana de buscar novos objetivos e conquistas. Múltiplas definições de velhices surgiram ao longo dos séculos, novas formas de definição com a aferição de atributos como visão, capacidade procriativa, aposentadoria, são alguns dos parâmetros manifestados (THANE, 2003). O envelhecimento pode então assumir categorização em função dos seus aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais de forma isolada ou integrada dependendo das considerações levantadas.

ANITA NERI & MEIRE CACHIONI (1999)	FRAIMAN (1995)	GUIA DEBERT (2000)
O modo de envelhecer depende de como o curso de vida de cada pessoa, grupo etário e geração é estruturado pela influência constante e interativa de suas circunstâncias histórico-culturais, da incidência de diferentes patologias durante o processo de desenvolvimento e envelhecimento, de fatores genéticos e do ambiente ecológico”	O envelhecer não é somente um ‘momento’ na vida de um indivíduo, mas um ‘processo’ extremamente complexo e pouco conhecido, com implicações tanto para quem o vivencia como para a sociedade que o suporta ou assiste a ele.	As experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que oferecem oportunidades de realizar projetos abandonados em outras épocas e estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos. Contudo o nosso entusiasmo com a terceira idade e o sucesso desse movimento não podem impedir o reconhecimento da precariedade dos mecanismos de que a sociedade brasileira dispõe para lidar com a velhice avançada, com as situações de abandono e de dependência, com a perda das habilidades cognitivas, físicas e emocionais que acompanham o avanço da idade.

Quadro 1 - Algumas Abordagens Teóricas/Conceituais sobre a Velhice

Fonte: Adaptação feita pela autora, 2023.

MINAYO (2001)	SARA GOLDMAN (2021)	SIMONE DE BEAUVOIR (2018)
O retrato que é feito em relação aos padrões de beleza que adotam o jovem como símbolo, recebe um veredicto de quem o produz e de quem o contempla. É o veredicto que assinala a velhice como problema e como doença. O envelhecimento não é um processo homogêneo. Cada pessoa vivencia essa fase da vida de uma forma, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais a eles relacionados, como saúde, educação e condições econômicas.	O envelhecimento como um processo complexo que ocorre em cada pessoa, individualmente, mas condicionado a fatores sociais, culturais e históricos, que vão rebater na sociedade como um todo, envolvendo os idosos e as várias gerações. Por seu caráter multifacetado, o envelhecimento abarca múltiplas abordagens: físicas, emocionais, psicológicas, sociais, econômicas, políticas, ideológicas, culturais, históricas, dentre outras. A conjuntura marca as diversas formas viver e de conhecer o envelhecimento, assim como as determinações culturais tomam formas diferenciadas no tempo e no espaço. Outro diferencial se refere à posição de classe social que os indivíduos ocupam.	Para a sociedade, a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar(...). Com relação às pessoas idosas, essa sociedade não é apenas culpada, mas criminosa. Abrigada por trás dos mitos da expansão e da abundância, trata os velhos como párias.

Quadro 2 - Algumas Abordagens Teóricas/Conceituais sobre a Velhice

Fonte: Adaptação feita pela autora, 2023.

A plena cidadania das mulheres ainda enfrenta sistemáticas obstruções na arena atual (PATEMAN, 2010), com a velhice das mulheres semelhantes entraves sociais, econômicos e políticos são vivenciados. Velhismo, idadismo, etarismo, ageismo⁸ são expressões que excluem as pessoas por causa da idade e que por analogia nos remetem ao racismo e ao sexismo que discriminam as pessoas por causa da cor ou do gênero. A designação da velhice como Terceira Idade ou Melhor Idade recai muitas vezes na negligência de não observar a realidade das más condições sociais impostas a população idosa. Vivemos em tempos em que a juventude não é mais uma fase da vida, e sim um valor, envelhecer é perder valor (BRUM, 2012).

No contexto em que o envelhecimento se transforma em um novo mercado de consumo, não há lugar para a velhice, que tende a ser vista como consequência do descuido pessoal, da falta de envolvimento em atividades motivadoras, da adoção de formas de consumo e estilos de vida inadequados. (DEBERT, 1999, p. 227).

8 Em 1969, o geriatra e gerontólogo norte-americano Robert Butler, em meio à polêmica construção de um residencial para idosos nos Estados Unidos, na qual os vizinhos se opuseram à iniciativa, identificou na atitude sinais não somente de racismo, mas também de **preconceito pelo idoso**. E à semelhança de "racism" e "sexism", cunhou o termo que se tornaria mundialmente conhecido para essa prática milenar "ageism". Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opinia/noticia/2019/10/ageismo-o-mais-universal-dos-preconceitos-ck1mg8hw405a101r2yjwni6jl.html>
Mesmo sendo possível compreender as expressões idadistas contra os diferentes grupos etários neste trabalho a discussão do idadismo se restringirá aos preconceitos em relação às pessoas mais velhas.

A emancipação feminina é processo e não somente um fim em si mesmo, o que poderíamos chamar de um redirecionamento dos lugares das mulheres velhas na sociedade contemporânea coincide com análise desse contínuo movimento social e familiar na luta em defesa dos seus direitos. Marca bastante no enfrentamento da velhice uma outra questão: o das afetividades e suas assimetrias sob a perspectiva de entendimento social e político. Segundo Cynthia Sarti (2001) a perda do sentido da tradição aliada aos processos de individualização e de automação do sujeito - processos sociais que caminham juntos - trouxeram uma nova configuração familiar, redefinindo o cuidado dos dependentes, ao alterar as relações entre homem e a mulher e entre as gerações.

Com maior liberdade uma mulher velha hoje pode perfeitamente se perceber velha em aliança com a sua própria idade, sem esperar do outro a retórica expressão: “você não é velha, pois não parece ter a idade que tem”. É consenso que um dos maiores desafios colocados para as mulheres velhas é a sua convocação ao universo da eterna manutenção da aparência física jovial associada à ideia de vitalidade. Paradoxo posto para o envelhecer feminino: a afirmação de uma verdadeira identidade e a sua (in)satisfação com a beleza corporal. O contorno estético, que define o corpo como um capital cobrando o preço pela eterna juventude e produtividade, somado ao contorno emocional, que impassivelmente impõe o equilíbrio mental constante, desafiam a noção de que a velhice seja apenas uma construção social. Mais do que definir a velhice funcionalmente, cronologicamente ou culturalmente o desafio imposto para as discussões atuais é o não distanciamento da amálgama essencial da solidariedade — em todas suas formas: intergeracional, familiar e social — ao pensar mecanismos viáveis para a promoção do bem-estar social. (CAMARANO & PASINATO, 2004).

2 | A DIGNIDADE DE UMA VELHA EM CLARICE LISPECTOR

A Conferência era capaz de já ter começado. Ia perde-la, ela que se forçava a não perder nada de cultural porque assim se mantinha jovem por dentro, já que até por fora ninguém adivinhava que tinha quase 70 anos, todos lhe davam 57. (LISPECTOR, 2016, p. 10.)

Padrões de beleza estética pertencem aos mais diferentes subjetivismos relacionados aos tempos históricos e suas culturas, mas a sociedade sempre é a pedra de toque para auferir seus valores. Em se tratando das angustias das mulheres velhas, as análises intertextuais de narrativas produzidas pela escritora Clarice Lispector (1920-1977), fornecem importantes pistas sobre os lugares sociais ocupados por elas no século XX. A criação ficcional de Lispector, muitas vezes, se confunde com as suas realidades concretas vivenciadas e suas reflexões existenciais.

Ao invés de perguntar, por exemplo, “o que realmente aconteceu na década de 70?”, eu quero perguntar “como essa história sobre os anos 70 chega a ser contada e aceita?”. E, seguindo Spivak, “por que quero contar essa história e,

No conto “A procura de uma dignidade” publicado originalmente em 1974, a personagem Sra. Jorge B. Xavier nos é apresentada como uma mulher de 70 anos desnordeada e desatenta que vive em permanente conflito com a sua idade em suas limitações corporais e reflexos na libido. O texto que foi escrito em plena ditadura militar no Brasil⁹ revela constrangimentos sociais e políticos impostos às mulheres em uma época em que o poder e as relações de gênero¹⁰ ditavam a forte presença da dominação masculina.

Evidencia-se que algo aparentemente inofensivo como a zombaria, o deboche, configura-se como forma de violência, inoculando representações com vistas à conservação do status quo, através da ridicularização de movimentos em prol de mudanças com relação aos papéis exercidos por mulheres e homens na sociedade (SOIHET, 2005, p. 19)

A Sra. Jorge B. Xavier já traz em seu próprio nome a alegoria do patriarcado quando tratada pelo nome de seu marido, sem autonomia, sem identidade. Uma mulher velha buscando constantemente se situar em meio aos labirintos construídos pelo tempo, se perde nos espaços externos e nos sinais do seu corpo que já não é jovem. A marginalização social sofrida pelas pessoas mais velhas de fato repercute diretamente em suas próprias identidades, pois elas muitas vezes se sentem como meras sobreviventes num mundo capitalista que os despreza. Como se o legítimo lugar de pertencimento se inserisse somente tempo passado “no meu tempo” porque a época atual concerne apenas aos jovens (FURTADO, 2018). O texto de Lispector denuncia a ausência de amor próprio da Sra. Xavier diante do seu espelho: “Seus lábios levemente pitados ainda seriam beijáveis? Ou por acaso era nojento beijar boca de velha? Examinou bem de perto e inexpressivamente os próprios lábios.” O desejo sexual e erótico, retorcidos e estrangulados como o próprio conto indica, e a nudez do seu corpo envelhecido indicavam um certo reconhecimento de pulsação de vida presente, ao mesmo tempo em que a atormentavam por serem fontes de críticas sociais. A provocação prossegue: “Então achou muito curioso uma velha nua”. (LISPECTOR, 2016). Trava-se uma espécie de duelo entre o seu próprio o corpo e sua condição de velha, o sentimento de recalque diante das percepções conflituosas entre a imagem corporal e seus desejos sexuais.

Corpo cujo fundo não se via e que era a escuridão das trevas malignas de seus

9 A ditadura militar brasileira durou 21 anos (1964-1985), estabeleceu a censura à imprensa, restrição aos direitos políticos e perseguição policial aos opositores do regime. Tempos de muitas violências repressivas, censuras e extinção de direitos e garantias individuais/sociais/políticas.

10 A criadora do conceito de gênero Joan Scott (1998), escreveu em um texto recente: Por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como aos rituais, e tudo o que constitui as relações sociais. O discurso é o instrumento de entrada na ordem do mundo, mesmo não sendo anterior à organização social, é dela inseparável. Segue-se, então, que o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é causa originária da qual a organização social poderia derivar: ela é antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos. Tradução de Ana Maria Colling. Esta citação de Scott não está presente na tradução do livro para o português, mas somente na edição francesa no Prefácio à Edição Francesa. A obra é traduzida no Brasil em 2002. Disponível em: 50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. OPSIS, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015.

instintos vivos como lagartos e ratos. (...). Por que as outras velhas nunca lhe tinham avisado que até o fim isso podia acontecer? (...) Fora da estação. E ela vivia como se ainda fosse alguém, ela que não era ninguém. (LISPECTOR, 2016, p.17)

Então a Sr^a. Xavier sentou-se numa cadeira que tinham posto para ela no corredor, sentou-se empertigada na sua cinta apertada, fora da cultura que se processava defronte na sua sala. (LISPECTOR, 2016,p.17)

A crônica de Clarice Lispector não nos revela respostas que assegurem a dignidade de uma boa velhice, ela infla um olhar reflexivo e crítico de como a mulher velha pode se perceber em relação ao seu corpo em determinado tempo e espaço. Ela reforça o elemento da alteridade em que a figura do eu e do outro por vezes se opõem e por vezes se identificam, aliás tanto a alteridade como a velhice feminina percorrem a obra “*A procura de uma dignidade*” e outras obras de ficção da autora.

3 | DAS AFEIÇÕES EM CLARE HEMMINGS E CONSIDERAÇÕES PARA O ENVELHECER FEMININO

A emoção feminista, então, é central para as histórias feministas que contamos, bem como para a forma como as contamos. Desafios a tais histórias, de dentro ou a partir de fora do feminismo, são frequentemente vivenciados e respondidos em um nível emocional, e como resultado um relato dos modos feministas de contar histórias tem de dar atenção aos modos afetivos e técnicos de funcionamento das histórias sobre o passado recente do feminismo. Daí porque é importante, quando estamos passionalmente envolvidas com a prática acadêmica feminista. (HEMMINGS, 2009)

O envelhecimento e as mudanças sociais ocorridas a partir da segunda metade do século XX levantaram questionamentos ligados as afetividade e suas vertentes emocionais. Os afetos¹¹ em suas múltiplas subjetividades merecem considerações dentro do campo das relações sociais e do poder político. Na percepção de Clare Hemmings (2005) o afeto quando combinado com as teorias e práticas feministas pode exercer importante papel transformador, no que pese a ideia de que tal sentimento não é autônomo e carrega significado social.

O ponto de vista feminista é um exemplo útil ao considerar a virada para o afeto porque suas ressonâncias genealógicas ecoam nas últimas décadas, contrariando uma cronologia afetiva cujos defensores priorizam grandes mudanças de maneira que promovam, em vez de advertir contra a generalização. Do ponto de vista, epistemologia e ontologia nunca são

11 Como esclarecimento terminológico os conceitos de: afeto, emoção e sentimento não serão abordados neste trabalho como sendo divergentes. Contribuições contemporâneas de Brain Massumi (2002) e Eve Kosofsky Sedgwick (2003). De acordo com essa perspectiva, os afetos são definidos como intensidades ou forças somáticas que aumentam ou diminuem a capacidade de uma pessoa de agir corpo. Como produtos da experiência sensorial, eles são fenômenos não-conscientes e não-verbais e só adquirem conteúdo semântico quando são tornam-se emoções, isto é, quando são codificadas e narrativizadas de acordo com as normas sociais existir. Ao contrário das emoções, os afetos excedem as convenções culturais, diferem de pensamento consciente, e têm uma dinâmica e uma vida própria que é autônoma da estrutura social. (HEMMINGS CLARE, 2005; SOLANA E VACAREZZA, 2020).

Repensar os afetos para além da paradigmática relação razão (masculino) X sentimento (feminino), a ética do cuidado, a ética da reparação e a sororidade ganharam peso na luta contra as opressões estruturais de um patriarcado¹² historicamente dominante. O envelhecer é um processo complexo e nele os afetos são determinantes para um desenvolvimento com mais sucesso e menos frustrações. É através dos afetos que o ser humano se reconhece e, assim, pode se relacionar e ligar-se ao outros e são, também, esses afetos que influenciam o curso vital (STERN, 1985; 1992). Os afetos são importantes em qualquer idade, no entanto para as pessoas mais velhas eles podem conceber os resgates de memórias com valorização de suas identidades. As pessoas mais velhas são seres que afetam e são afetados, elas interagem com as outras pessoas, ideias, atividades, desejos, ambientes e outros afetos, produzindo vínculos.

O envelhecimento feminino carrega diversos afetos: alegria, tristeza, amor, vergonha, medo, desejo, e tantas outras sensações que compõem o ser humano em sua existência. Guita Debert (2004) avalia que as mulheres velhas em algumas sociedades ocidentais vivenciam uma dupla vulnerabilidade, pois carregam o peso de duas discriminações: uma como mulher e outra como idosa. Ela prossegue afirmando que em muitas culturas as mulheres são valorizadas apenas por seu papel reprodutivo e pelo cuidado com as crianças, a velhice para elas seria então uma passagem antecipada e marcada pelo abandono.

As Mulheres eram mais cedo consideradas idosas que os homens. Tornavam-se elegíveis para pensões e subsídios em idades mais baixas que os homens, o que muitas vezes estava relacionado com a juventude. A velhice para as mulheres continuava a ser anunciada pela menopausa. (FURTADO, 2018)

Os afetos em suas dimensões positivas exercem importantes transformações no bem-estar e na qualidade de vida da pessoa velha. São viabilizadas pelas interlocuções entre as gerações, pela valorização das histórias de vida, acolhimentos familiares e sociais, enfim, por um conjunto de ações que estabelecem a percepção de produtividade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) descobri que aí se instala a verdadeira questão feminina: na emoção. A mulher explodiu, porque explodiu sua emoção. Rompeu com o silêncio de séculos porque o peito transbordou. Ela tem a coragem dos emocionados, a força e a graça dos emocionados. A mais revolucionária das reivindicações femininas é o espaço para as emoções...A independência financeira, o direito ao corpo, a ampliação do espaço do trabalho, tudo isso por que lutam as mulheres não seria nada se não viesse com a força transformadora do espaço

¹² O patriarcado enquanto conceito e teoria preconiza inúmeras interpretações. Limitações históricas, geográficas, familiares, políticas, sociais, dentre outras, estão inseridas nos campos dos estudos feministas ao tratarem do tema. "abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada" (Pateman, 1993). O patriarcado citado neste texto não será debatido em suas múltiplas visões, apenas referenciado como uma estrutura que fez parte do nosso passado e que ainda está presente na modernidade. PATEMAN (1993) E WALBY (1990).

emotivo. E não só para si mesmas. Porque é a mulher principalmente que reivindica o direito masculino de se emocionar, inclusive o direito do homem à participação na vida dos filhos, nos partos, licença pós-parto etc. Mulher quer, gosta, precisa se emocionar. Compreende melhor o mundo através da emoção. E deseja, acima de tudo, um homem emocionado. Homens, emocionem-se. Emocionem-se o mais depressa possível. Emocionem-se, pelo amor de Deus". (TAVARES, 1986)

O rápido envelhecimento demográfico mundial da modernidade promove novas representações familiares, sociais e políticas. Desbravar as diferentes formas como as mulheres velhas são descritas nas variadas culturas e áreas do conhecimento, inclusive nas literaturas produzidas pelas próprias mulheres (autobiografias), significa levantar as evoluções e os retrocessos das relações humanas no trato com a velhice e seus determinismos. A acuidade da sensibilidade artística sempre sentiu o caráter movediço da individualidade humana, essa não se definindo de uma vez por todas, mas antes reconhecendo-se no conjunto das facetas que compõem uma obra. (MAFFESOLI, 1996).

Testemunhamos os progressos tecnológicos e científicos que retardaram a morte e prolongam a velhice, mas concomitantemente, suscitaram novos desafios para o exercício pleno dessa nova reconfiguração social. Um dos desafios impostos na modernidade é a luta travada pelas mulheres velhas contra a força bruta do esteticismo excludente aliada a violência contra o sensível e existencial de cada ser humano.

As demandas para e através dos afetos na velhice estão por todas as partes. Fragmentos do conto de Lispector utilizado neste trabalho ilustra alguns prismas refletidos pelo espelho de uma mulher velha na solidão buscando a identidade perdida. Afinal, os sentimentos não são “coisas de mulheres” - segregação epistemológica - são universais e ganham incessantemente importâncias políticas, sociais e culturais. Se “Ninguém pode estar na flor da idade, mas cada um pode estar na flor da sua própria idade” conforme palavras do poeta brasileiro Mario Quintana (1906-1994) façamos dos bons afetos o melhor adubo para o florescer em todas as idades.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. (1970 [2018]). “A velhice.” Tradução Maria Helena Franco Martins. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BRUM, Eliane. “Me chamem de velha.” (Publicado na Revista Época em 20/02/2012) <http://elianebrum.com/opiniao/colunas-na-epoca/me-chamem-de-velha/>

CAMARANO, Ana Amélia & Pasinato, Maria Tereza. “O Envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas. Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?” / Organizado por Ana Amélia Camarano. - Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq_29_Livro_Completo.pdf

DEBERT, Guitta Grin. “A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento.” São Paulo: Fapesp, 1999

FURTADO Carlos Sá. “Velhice e Sociedade – Uma Excursão pela História. Lápis de Memória.” 2018.

HEMMINGS, Clare. “Contando estórias feministas.” Revista Estudos Feministas [online]. 2009, v. 17, n. 1 [Acessado 26 Janeiro 2023], pp. 215-241. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100012>>. Epub 24 Ago 2009. **ISSN 1806-9584**.

HEMMINGS, Clare (2005). “Invocando o afeto: teoria cultural e a virada ontológica. Estudos culturais”, INVOKING AFFECT, Cultural Studies, 19:5, 548-567 Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09502380500365473>

KACHAR, Vitória. Terceira idade e informática: aprendender revelando potencialidades. São Paulo: Cortez, 2003

LERNER, Gerda. “A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens.” Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LISPECTOR, Clarice. “Todos os Contos.” Org. Benjamin Moser. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2016.

LORDE, Audre. Irmã outsider: ensaios e conferencias. Belo Horizonte: Autentica, 2019.

MAFFESOLI, Michel. “No Fundo das Aparências”: tradução de Berttha Halpern Gurovitz. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1996.

PATEMAN, Carole. “O Contrato Sexual”. São Paulo, Paz e Terra, 1993. [Tradução de Marta Avancini].

SARTI, Cynthia A. A velhice na família atual. Acta Paul Enferm. v. 14, n. 2, p. 91-96, fev. 2001.

SCOTT, Joan W. “Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.” Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990

_____. “La citoyenne paradoxale: les féministes françaises et les droits de l’homme.” Paris: Albin Michel, 1998.

SOIHET, Rachel. “Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários.” Estudos Feministas, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591-612, set.-dez. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2X0VJIH>. Acesso em: 17 janeiro de 2022.

SOLANA, Mariela; Vacarezza, Nayla Luz. “Relecturas feministas del giro afectivo”. Revista Estudios Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 2, e72448, 2020

STERN, Daniel. O mundo interpessoal do bebê: uma visão a partir da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985; 1992

TAVARES, Neila. Entrevista ao Jornal do Brasil em 30/11/1986.

THANE, Pat. "Social Histories of Old Age and Aging." *Journal of Social History*, vol. 37, no. 1, Oxford University Press, 2003, pp. 93–111, <http://www.jstor.org/stable/3790315>.

WALBY, Sylvia. "Theorizing Patriarchy." Oxford, Basil Blackwell, 1990.

_____. "As mulheres e a literatura". In: Idem . *A arte do romance*. Porto Alegre: L & PM Pocket, 2018.

World Economic and Social Survey. 2007. *Development in an Ageing World*. United Nations New York, 2007. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess_archive/2007wess.pdf

FAMILIA, ESCUELA Y CALLE: LA ECOLOGÍA PARA LA ACCIÓN SOCIOEDUCATIVA CON NIÑOS Y ADOLESCENTES EN RIESGO SOCIAL (ALGUNAS CONSIDERACIONES PARA UN NUEVO MODELO DE INTERVENCIÓN SOCIAL)

Data de aceite: 03/04/2023

Clody Genaro Guillén Albán

Sociólogo, especialista en educación no formal de niños en alto riesgo; Coordinador Nacional del Servicio de Educadores de Calle del INABIF y es Asesor de Proyectos Educativos para Comunidades en Vulnerabilidad por Diversidad Cultural

A MANERA DE INTRODUCCIÓN

Desde los servicios sociales, la acción socioeducativa con niños y adolescentes en riesgo social está pensada –como todas las actuaciones de los servicios para la infancia– desde los adultos y –por tal– no obedece a las necesidades concretas de este segmento poblacional; asimismo, debido a que ésta (la acción socioeducativa) ha sido diseñada de modo mecánico desde el discurso hegemónico de una infancia sin problemas que está integrada a la sociedad, no recoge la existencia de los niños y adolescentes en proceso de desvinculación o no integrados como sujetos de derecho en ningún grupo social formal, quienes necesitan de

servicios específicos para interrumpir su situación de riesgo y, ante la falta de éstos, permanecen dentro de los grupos sociales de riesgo a los que pertenecen y –por ello mismo– siguen en un proceso de deterioro social que los afecta a ellos y a la sociedad en su conjunto.

Debido a esto, se vuelve a pensar la acción socioeducativa con niños y adolescentes en riesgo social y se cuestiona que –desde el discurso hegemónico– éstos sigan siendo vistos como un todo monolítico y no como parte de un todo complejo e indeterminado que se encuentra atomizado en pequeños grupos que ocupan *espacios sociales de riesgo dentro de otros espacios sociales de riesgo*, por lo que, ante su abordaje tradicional, se propone un «*modelo ecológico*» que, desde el espacio social que cada grupo de riesgo ocupa, sirva de ayuda metodológica para que los niños y adolescentes en riesgo social sean atendidos con servicios sociales no convencionales diseñados para cada espacio y con una estrategia socioeducativa dedicada para cada grupo,

problema y dinámica.

Para sustentar la propuesta de un «*modelo ecológico*» de la acción socioeducativa con niños y adolescentes en riesgo social, recurrimos a la «*Idea de Galpin*» según la cual en la sociedad humana existen zonas naturales determinables y, a partir de esta idea, en base a lo señalado por Zygmunt Bauman (2021), se propone que los espacios naturales para los niños y los adolescentes son *la familia y la escuela*, en los que -como es de esperarse- pueden darse procesos de desarrollo, a diferencia de *la calle*, en donde -por lo general- se dan procesos de deterioro social y, por tal, es el espacio social privilegiado para la acción socioeducativa con niños y adolescentes en riesgo social.

EL FIN DE LAS CERTEZAS Y EL OCASO DEL DETERMINISMO SOCIAL

Antes de empezar a exponer qué es lo que entendemos por una «*ecología*» para la acción socioeducativa con niños y adolescentes en riesgo social (o, mejor, qué es lo creemos que debe entenderse por ésta), es necesario aclarar que un «*modelo ecológico*» rompe con el determinismo social y el evolucionismo lineal; por ello, cabe –en primer lugar– cuestionar todas nuestras certezas y, luego, aceptar la presencia del riesgo como parte de nuestra cotidianidad y, aún, como una ayuda para la acción socioeducativa formal.

En *El fin de las certidumbres*, Ilya Prigogine (1997) hizo una crítica al determinismo, al evolucionismo unilineal y a la reversibilidad del tiempo que se encuentran en las bases de la física, planteando que en el universo prima la indeterminación (López, 2019), por lo que éste (el universo) estaría lleno de incertidumbres y no de certezas, no existiendo –en la realidad– una única trayectoria, sino múltiples trayectorias.

En *El Nacimiento del Tiempo*, al introducir la idea de *flecha de tiempo*, Prigogine (1998) buscó comprender el devenir irrepetible de las cosas, lo que implica tanto *cuestionar la existencia de una verdad inmutables como reconocer la irreversibilidad e inestabilidad como propiedades de la realidad* (López, 2019) y, más recientemente, en el *Desorden Creador*, Prigogine (2007, citado por López, 2019) sugiere que se debe:

integrar la idea de inestabilidad en nuestra representación del universo. La inestabilidad no debe conducir al inmovilismo. Al contrario, debemos estudiar las razones de esta inestabilidad, con el propósito de describir el mundo en su complejidad y comenzar a reflexionar sobre la manera de actuar en este mundo. (p. 100)

Siguiendo lo señalado por Prigogine (1997), Immanuel Wallerstein (1999, citado por López, 2019) ha planteado el fin de las certezas en las ciencias sociales, mientras que, al referirse a *la cuestión ambiental*, Enrique Leff (2007) planteó que el problema no es en sí una problemática ecológica sino del pensamiento y del entendimiento de la modernidad (López, 2019), por lo que en el momento actual de la sociedad se requiere de una racionalidad y un pensamiento que cuestionen la racionalidad instrumental y, asimismo, tomen distancia del

mecanicismo y el determinismo de las ciencias naturales y sociales.

De acuerdo con esto, siguiendo lo señalado por Leff (2007), nos encontramos ante una crisis de la ontología y la epistemología con la que “la civilización occidental ha comprendido el ser, a los entes y a las cosas; de la racionalidad científica y tecnológica con la que ha sido dominada la naturaleza y economizado el mundo moderno” (p. 2).

En la etapa de evolución del capitalismo en la que nos encontramos, se ha trascendido a la propuesta de la modernidad y –por ello– la epistemología (la reflexión epistemológica de la época actual) nos conduce a pensar –más bien– en una postmodernidad en la que las nociones de *sociedad del conocimiento* y de *sociedad de la información* son centrales para comprender la compleja realidad social, tanto de los grupos sociales en que está organizada la sociedad¹ como de las dinámicas internas de cada uno de estos grupos.

Desde el cuestionamiento a las miradas mecanicista y determinista hecha a las ciencias sociales, las dinámicas internas de los grupos sociales están caracterizadas por la concurrencia de múltiples problemas que –desde la complejidad– ponen en riesgo la sociedad, por lo que las respuestas y soluciones que se den a dichos problemas también deben ser múltiples y no universales, como se ha propuesto desde el positivismo.

En este sentido, de acuerdo con lo señalado por Dania López Córdova (2019)

Varios autores coinciden en que atravesamos un momento crítico, caracterizado por la convergencia de múltiples problemas que ponen en riesgo a la humanidad en particular, y a la vida en general; sin embargo, las percepciones –y en esa medida las respuestas, así como las soluciones propuestas– son diversas. (p. 99)

Respecto al cuestionamiento hecho a las ciencias sociales, Marcelo Arnold Cathalifaud (2015) ha precisado que

en los últimos decenios importantes intelectuales latinoamericanos vinculados con las humanidades, la literatura y los estudios culturales, intentando influir en la matriz hegemónica de las ciencias sociales, han promovido la valorización de nuestras producciones regionales. De partida proponen, y eso es muy positivo, atender nuestra diversidad y particularismos regionales y dejar de leerlos como condiciones sociales incompletas, marginales o atrasadas. (p. 22)

Por ello, al referirse a los desafíos actuales de la teoría social, Tilso Molinari (2009) ha dicho que

La teoría social contemporánea se viene construyendo desde una serie de retos que nos exigen afrontar, a su vez, una serie de dilemas y reevaluar nuestros marcos epistemológicos con relación tanto a la consistencia interpretativa-comprensiva de las relaciones sociales, en su complejidad, como a la relevancia cognitiva (en la especificidad de lo sociocultural) y ética de los temas y problemáticas que se proponen en la investigación. (p. 90)

¹ Partimos de la premisa de que la sociedad se encuentra organizada en grupos sociales y, por tal, se descompone en éstos, los que, a su vez, son espacios sociales que, pese a ser diversos y estar ocupados por actores diferentes, tienen procesos que son similares, como la socialización y la educación, por ejemplo.

Tal como ha señalado Tilso Molinari (2009), esto implica la búsqueda de rigor cognitivo como la necesaria insistencia en la deconstrucción de las formas de razonar que han sustentado las teorías sociológicas construidas junto a la construcción social de la modernidad.

Así, siempre siguiendo a Molinari (2009), los desafíos actuales de la teoría social exigen establecer una serie de reflexiones derivadas de varias preguntas, una de las cuales es

¿Asumimos lo social en términos unidimensionales, deterministas o reduccionistas? o ¿lo hacemos en términos multidimensionales, transdimensionales y dialécticos en relación al paradigma epistemológico de la complejidad propuesto por Edgar Morín? (p. 90)

Aunque poner en duda el determinismo (la relación causa–efecto de los hechos sociales) y la pretendida universalidad de los conocimientos científicos sobre los fenómenos sociales no es aún aceptado por toda la comunidad sociológica, la deconstrucción de las teorías sociológicas y las perspectivas hegemónicas con que las ciencias sociales explican la sociedad y sus procesos cada vez cobra más espacio, apareciendo o revitalizándose las perspectivas que, entre los científicos sociales, recogen y resaltan la diversidad y particularidades, dejando de leerlas como incompletas o marginales.

En este sentido, existe consenso en afirmar que como *sociedad del conocimiento* atravesamos un *momento crítico* y, junto a ello, la realidad social deja de ser vista desde una epistemología lineal² y empieza a ser entendida desde una epistemología de la complejidad, en la que un fenómeno social deja de ser monolítico y –desde su complejidad– es atomizado para poder ser comprendido y –de ser necesario– resuelto. Frente a un problema surgen múltiples posibilidades de solución y, desde su complejidad, éste es –o debe ser– abordado atendiendo sus diferencias, tanto las de sus actores intervinientes como las de su constitución y dinámicas.

Así, por ejemplo, los niños y adolescentes en riesgo social pueden ser atomizados entre aquellos que están en riesgo y en aquellos que están en alto riesgo de deterioro social, pudiendo ser abordada su problemática de integración a la sociedad en los mismos espacios en los que éstos se encuentran, los cuales –al estar ocupados por niños y adolescentes que producto de esa ocupación se encuentran en riesgo– pueden ser definidos como espacios de riesgo.

De acuerdo con esto, los problemas de integración a la sociedad de los niños y adolescentes en riesgo social, puede ser abordada, atendida y solucionada a partir de los espacios en los que éstos se encuentran, socializan y subjetivan, aunque para ello no se requiere de soluciones únicas ni unidireccionales, sino de acciones socioeducativas que –al tener en cuenta actores intervinientes, constitución y dinámicas de los grupos sociales–

2 De acuerdo con esto, así como *los problemas no tienen una causalidad lineal*, su solución tampoco es lineal ni unidireccional, sino que ésta –más bien– es compleja y –por tal– obedece a la complejidad y dinámica de la realidad social, la misma que no puede ser entendida como un todo monolítico, sino como un todo que se encuentra atomizado

sean soluciones ad-hoc.

En la *Prospectiva de la investigación socioeducativa en el Perú*, al referirse a la lógica de la investigación socioeducativa, Jaime Ríos Burga (2016) recordó a la comunidad sociológica que “vivimos cada vez más una sociedad de riesgo (Beck, 2002) en fronteras socioeducativas diferenciadas (Caride, 2005) de comunicación (Castells, 2009)” (p. 142).

En este mismo artículo, Ríos Burga (2016) ha afirmado que:

En este marco podemos plantear diferentes diseños: a. Fuera del sistema escolar con las causas que la originan. Por ejemplo, el impacto de la socialización familiar en el estudiante o la influencia de la clase social al cual pertenece el educando. b. Dentro de la escuela investigar el impacto de socialización en su complejo de relaciones entre profesores y alumnos, la autoridad y los actores educativos. c. Las características del estudiante donde se integren la investigación cuantitativa y cualitativa midiendo y cualificando las características de reproducción socioeducativa. (p. 153)

Así, de acuerdo con Ríos Burga (2016), en la realidad socioeducativa puede distinguirse entre la acción socioeducativa que se lleva a cabo dentro de la escuela y aquella que se da fuera de ésta; es decir, entre la *acción socioeducativa convencional* que se lleva a cabo en un medio cerrado y la *acción socioeducativa no convencional* que se lleva a cabo en medio abierto, es decir en la calle o en la comunidad.

De acuerdo con esta división, al realizarse en medio abierto, la *acción socioeducativa no convencional* tiene un campo de intervención bastante amplio y, debido a que se lleva a cabo en todos los espacios donde socializan los niños y adolescentes en situación de riesgo social, al desplazar del hecho educativo a los actores socioeducativos tradicionales, da lugar a nuevos actores socioeducativos, entre los que destacan las figuras del *Educador Social* y del *Educador de Calle*.

¿UNA ECOLOGÍA DE LA ACCIÓN SOCIOEDUCATIVA CON NIÑOS Y ADOLESCENTES EN RIESGO SOCIAL?

A fin de poder hablar con cierta propiedad de la existencia de *una ecología para la acción socioeducativa* (y de *una ecología de la acción socioeducativa*) con niños y adolescentes en riesgo social, recurriremos a la premisa [poco novedosa, por cierto] de que **«la sociedad es un espacio social de riesgo formado por espacios sociales de riesgo»**³; así, sin alejarnos del marco teórico de la Teoría General de Sistemas, desde

3 De acuerdo con lo señalado por Mancini (2018), una de las características de las sociedades actuales es la generalización y extensión del riesgo derivado de las transformaciones económicas y culturales ocurridas a nivel mundial; debido a la urgencia, no se pretende hacer una epistemología del riesgo y, por ello, al problematizarse que en la actualidad no existe protección ni seguridad, la confianza puesta en la solidez de los grupos que integran la sociedad puede generar un *efecto bumerang* (Beck, 1998).

esta definición de sociedad⁴ se establece tanto una nueva *visión de la sociedad*⁵ como una nueva forma de entender la *relación de las partes con el todo*⁶, en la cual se construyen *mecanismos sociales, económicos y legales con los que los sujetos que ocupan los diferentes espacios de riesgo salen de la situación de riesgo (cambio) o permanecen en ella (status quo)*.

Así, la sociedad es concebida como un «*macro-espacio de riesgo*» y no solo como un espacio donde existe riesgo, lo cual explicaría el potencial dañino de la conducta humana y la emersión de patologías sociales⁷; asimismo, los grupos sociales son concebidos como «*micro-espacios de riesgo*», los cuales se crean por afinidad⁸ e interés⁹ y, desde su dinámica interna, generan los mecanismos (sociales, económicos y legales) con los que los integrantes del grupo de riesgo se cohesionan y permanecen en el grupo (*status quo*) o, debido al riesgo que existe en el grupo, se atomizan y salen del grupo de riesgo (*cambio*), abandonando la situación de riesgo e integrándose a otro grupo.

Para comprender esta visión de la sociedad como un «*espacio social de riesgo*», debe tenerse en cuenta que, en la etapa de la modernidad en que nos encontramos, están en crisis los mecanismos que en el pasado cercano fueron los reguladores de la sociedad y garantizaban la protección y la seguridad necesaria para la sobrevivencia de los sujetos y la sociedad¹⁰; en este sentido, tanto la familia como la escuela han devenido en inciertas y, a la vez, en «*micro-espacios de riesgo*», por cuanto sus mecanismos reguladores han dejado de surtir efecto, desprotegiendo a los niños y adolescentes y exponiéndolos al riesgo de deterioro social.

4 Uno de los supuestos implícitos en la premisa «*la sociedad es un espacio social de riesgo formado por espacios sociales de riesgo*» es el reconocimiento de la sociedad como una totalidad formada por diferentes grupos, así existe la totalidad por que existen grupos que la forman y no porque haya yuxtaposición de grupos; otro de los supuestos implícitos en la premisa es la aceptación de la sociedad como un *todo coherente* en el que el existen diversos grupos sociales que interactúan entre sí o se excluyen mutuamente, los cuales pueden tener (y de hecho tienen) diferentes culturas y cosmovisiones (Bühler, 2012), por lo que no puede dejar de vérselos desde una mirada intercultural.

5 Desde esta visión, la sociedad no es un hecho natural sino una construcción artificial, en la que se dan las relaciones interpersonales, siendo estas relaciones las que le dan existencia (Milla, 2022) y la hacen real.

6 Retomando lo señalado por Bourdieu (2002), puede afirmarse que las partes de un todo mantienen entre sí relaciones que no son de una simple yuxtaposición y que, por consiguiente, en esas relaciones se manifiestan propiedades que derivan de su pertenencia a la totalidad.

7 El concepto *Patología Social* (que implica una analogía biológica en la cual la Sociedad es concebida como un organismo que puede estar sano o enfermo) fue propuesto en 1915 por Alfred Grotjahn (en el libro *Soziale Pathologie*) y utilizado por algunos sociólogos de la época. Debido al empleo generalizado de conceptos como desorganización social y problema social (que no están asociados al Modelo Orgánico de la Sociedad) fue dejado de lado y considerado obsoleto; no obstante ello, con el concepto de salud dado por la OMS (en 1946) y la propuesta del Modelo Biopsicosocial de Engels (en 1977), ha cobrado vigencia, debido a su amplitud y potencia explicativa. Este concepto ha sido utilizado para referirse a las situaciones sociales que, a juicio de los propios miembros de la comunidad, no pueden ser toleradas y, en consecuencia, deben ser afrontadas con un sentido constructivo, por medio de la acción colectiva; de acuerdo con Pratt (2010), se denomina *Patología Social* a cualquier condición mórbida de la sociedad.

8 De acuerdo con lo señalado por R. Park en 1915, la gente con características económicas y culturales análogas tienden a reunirse en zonas específicas de la ciudad (Timasheff, 2002).

9 El principal interés del ser humano es la protección, la cual constituye la fuente de la satisfacción de las necesidades y de bienestar; por ello la búsqueda de la formación de grupos resulta esencial para el ser humano, ya que la vida en grupo es útil para la sobrevivencia.

10 De acuerdo con lo señalado por Mancini (2018), la crisis actual de la modernidad cuestiona, teórica y empíricamente, las principales regulaciones que, desde el Estado, el mercado, la sociedad o la familia, habían garantizado el acceso a seguridades mínimas para la sobrevivencia de gran parte de la población.

Aclarado esto, pensar en la existencia de una *ecología para la acción socioeducativa* con niños y adolescentes en riesgo social, implica definir tanto los espacios que forman dicha ecología como los actores que ocupan dichos espacios e interactúan en ellos y, por tal, son parte atingente de la acción socioeducativa.

a) Sobre lo primero: los espacios que forman la ecología de la acción socioeducativa

En el libro *Sobre la educación en un mundo líquido*, bajo la forma de un artículo, se ha incluido una entrevista que ha sido titulada *Entre la mixofilia y la mixofobia* y, en ella, Zygmunt Bauman (2021) ha narrado con cierta nostalgia una escena que –por ser parte de la cotidianidad– había pasado desapercibida.

En esta entrevista, Bauman (2021) recuerda

Durante los más de cuarenta años que viví en Leeds observé, desde mi ventana, a los niños que regresaban a casa desde una escuela secundaria próxima a mi casa. Los niños raras veces caminan solos, prefieren andar en grupos de amigos, y ésta es una costumbre que no ha cambiado. Sin embargo, lo que contemplo ahora desde mi ventana sí ha cambiado a lo largo de los años. Hace cuarenta años casi cada grupo de chicos tenía un solo color. Hoy casi ninguno lo tiene. (p. 17)

Si bien, Bauman (2021) identifica los espacios principales en los que socializan los niños y adolescentes, sin proponérselo, también propone la «*existencia del cambio dentro de la invariabilidad*» y, asimismo, nos proporciona las claves para proponer los «*espacios naturales*» para una *ecología del desarrollo infantil*, los mismos que, pese a su aparente constancia, cambian en el tiempo (tienen *una historia y una trayectoria*) y se insertan en una dinámica que es bastante compleja.

De acuerdo con lo dicho por Bauman (2021), los espacios naturales para el desarrollo de los niños y adolescentes son: 1) *la familia* y 2) *la escuela*¹¹, reservándose para *la calle* que ésta –a primera vista– sea solamente un lugar o sitio de tránsito; en su narrativa, el sociólogo polaco hace un discurso desde el enfoque hegemónico de una infancia sin problemas integrada a la sociedad de su tiempo [un *discurso del deber ser*], lo que –por el *Principio de la Propiedad Reflexiva de la Simetría en Espejo* propuesta por Platt– nos lleva a pensar una realidad social que (siguiendo lo propuesto por Wallerstein, 1999) se bifurca en la existencia «*otra infancia*» de niños y adolescentes no integrados a ningún grupo social formal, quienes ocupan grupos sociales de riesgo y –por ello mismo– se encuentran en situación de riesgo social y dentro de un proceso de deterioro que no solo los afectará a ellos, sino también a la sociedad como un todo.

En la misma línea de lo señalado por Bauman (2021), llama la atención una pintura

11 La familia es el único grupo social natural del ser humano, debido a que en ella se produce su nacimiento biológico; los otros grupos sociales, son más bien culturales [han sido creados por el hombre], pero debido a su importancia para el proceso de socialización del niño, la Escuela ha sido naturalizada, constituyendo -junto a la familia- lo que desde la Sociología se conoce como grupos primarios.

en arte ingenuo titulada *Daniela y sus amigos jugando a la ronda* (1999)¹², pues [tal como se ve en el **Dibujo 1**] en ella “Bajo un amplio sol se apreciaba feliz a una niña vestida con uniforme escolar; más allá juegan a la ronda cuatro niños desnudos (naturales). Ellos están entre una casa y una escuela, felices” (Guillén, 2022).



Dibujo 1. Daniela y sus amigos jugando a la ronda

El mensaje de la pintura es claro: los niños son niños (naturales), tienen Derecho a la Educación, al Juego, a Ser niños, etc. y los «espacios naturales» para su socialización son la familia y la escuela; al menos así nos lo propone la epistemología de la infancia.

En este sentido, *Daniela y sus amigos* (1999) nos confirman que los «espacios naturales» para la ecología del desarrollo infantil, son *la familia y la escuela*, los mismos que, pese a su aparente constancia, están cediendo su presencia (como espacios estructurantes de la subjetividad infantil) ante la emersión de *la calle* como nuevo espacio de socialización y subjetivación (Le Fur, 1999) de niños y adolescentes.

b) Sobre lo segundo: los actores que ocupan e interactúan en dichos espacios

Al reflexionar sobre su experiencia como *educadora social de niños de la calle*, Delma Lucía De Mesquita (2002), ha anotado:

Comencé con el proyecto Vida Nova como educadora de niños y adolescentes, hijos e hijas de mujeres que recogían cartón o de otras que entregaban el cuerpo a cambio de algunas monedas o de un kilo de frijol para que no les llegara a faltar el pan de cada día a los suyos. También interactuaba junto a los hijos e hijas de aquellas sometidas al vicio del alcohol o a otras formas inhumanas de supervivencia. Con esta experiencia pude entrar en contacto más cercano con la realidad de la población no incluida como sujetos de derechos en el progreso del país.

¹² Se trata de un mural de 5.0 x 2.0 Mt. que fue realizado en un muro del Centro de Referencia para niños trabajadores que funcionó en la Parroquia Niños Jesús, en San Juan de Miraflores (Lima – Perú).

Durante mi recorrido me fui dando cuenta de que, además de aquellos niños y adolescentes que junto a mi estaban amasando lodo en las favelas, existían otros que respiraban polvo y contaminación en la ciudad de Sao Paulo; otros que sentían el sol caliente en la espalda al caminar kilómetros en busca de escuela y de trabajo y, además, otros que se alimentaban de los restos encontrados en los basureros, plazas y viaductos. Así existen, recibiendo las más variadas terminologías: vagos, sin tierra, indigentes, niños de la calle. Y hoy son, para muchos, los residuos de la sociedad, los que incomodan. (p. 86)

Lo narrado por Delma De Mesquita (2002), desde un discurso marginal [un *discurso del ser*] que, al alejarse –además– del añejo enfoque unidireccional del desarrollo humano para todos, evidencia que «la situación de los niños y adolescentes no integrados a ningún grupo social formal obedece a la complejidad y dinámica de la realidad social», la que –por tal– ya no puede ser entendida como un todo monolítico y atemporal, sino –más bien– como un todo que se encuentra atomizado y que se reordena y reatomiza a lo largo del tiempo, siguiendo para esto diversas trayectorias.

Así, por ejemplo, en el caso de los niños y adolescentes que habitan en la calle, se ha afirmado que en el discurso imperante para su caracterización

se han priorizado los indicadores demográficos (edad, sexo, etc.) renunciando a indicadores no demográficos como tiempo de permanencia en la calle, tiempo de consumo, apariencia personal, autodefinición, etc. Sin embargo, el acopio de información sobre éstos y otros datos de los niños, niñas y adolescentes que viven en las calles ha promovido un discurso y una lectura de la realidad según la cual este aparentemente monolítico segmento poblacional no sería tal, por lo que con facilidad ha sido atomizado en tres perfiles de deterioro (INABIF, 2001) y, también, en cuatro tipos de niños de la calle (INPPARES, 2002) que, sin embargo, todavía carecen de elementos que le den una mayor potencia explicativa y aplicabilidad a favor de servicios y programas concretos. (Guillén, 2019)

De Mesquita (2002), luego de identificar la «población no incluida como sujetos de derechos», sin habérselo propuesto, muestra que dicho colectivo está atomizado en «*otros*» niños y adolescentes en situación de riesgo, quienes reciben las más variadas terminologías: vagos, sin tierra, indigentes, niños de la calle, etc.

Teniendo en cuenta lo señalado por Zygmunt Bauman (2021) y Delma De Mesquita (2002), se ha afirmado que

La epistemología de la infancia nos dice también que los espacios naturales para la niña, niño y adolescente son la familia y la escuela, al punto que se ve como extraño la existencia de un NNA sin familia o sin educación, aunque también hay otras situaciones que no son propias para los NNA, como el trabajo o la vida en calle. (Guillén, 2021c).

De acuerdo con esto, la *epistemología de la infancia* nos dice, que pese a todos los cuestionamientos que han recibido, tanto *la familia* como *la escuela* siguen siendo los «espacios naturales» para el desarrollo de niños y adolescentes, aunque la realidad nos

muestra que – pese a que aún no se acepta esto– *la familia y la escuela* están siendo reemplazadas como espacios de socialización por *la calle*.

Así, a pesar de que *la familia* sigue siendo la institución más valorada como espacio de socialización (Marí, 2016), debido a la crisis por la ésta que viene atravesando¹³

sin proponérselo, se convierte en un mecanismo que facilita la autoexpulsión de los niños o adolescentes a la calle; aunque, sin duda, son una serie de factores asociados a contextos sociales, los que tienen incidencia en la decisión de salir a la calle y alejarse de las estructuras formales, ya sea para trabajar o para vivir en ella. (Guillén, 2017, pp. 18-19)

Por su parte, *la escuela* viene atravesando por una crisis desde la que se rechaza y expulsa a los niños y adolescentes con dificultades o –de otro lado– se promueve la formación de grupos de riesgo que extrapolan su conducta antisocial en la calle.

En este sentido, al ser expulsados (o autoexpulsarse) de *la familia* y de *la escuela* a *la calle*, ésta se vuelve en un lugar donde se presentan situaciones que –lejos del juego o el esparcimiento– no son propias para los niños y adolescentes, como el trabajo callejero, la vida en calle o la explotación sexual.

De acuerdo con esto, la construcción de una *cartografía de las dinámicas familiares* (Melendro y Cruz, 2013) y la necesidad de reestructurar la intervención con niños y adolescentes en riesgo desde una *perspectiva no universalista*, aportan la utilidad de definir un tercer espacio de importancia para la socialización: *la calle*, en cuya intervención –en la sociedad del conocimiento– está centrada el uso de dispositivos de atención no convencionales, tanto con los niños y adolescentes como con sus familias.

Por esta razón, de acuerdo con lo que ya ha sido señalado por María José Aguilar (1994), “es necesario atender directamente al niño en otros circuitos de socialización que están fuera del grupo familiar” (p. 100).

En este mismo sentido, Juan Mazo y Francisco Adán¹⁴ (s/f) ha afirmado que, ante la necesidad de intervenir en el mismo lugar donde se encuentran los niños y adolescentes en situación de riesgo, se requiere de una *intervención en medio abierto*, ya que éstos pasan la mayor parte de su tiempo en la calle.

Así, este «*atender directamente al niño*» al que se refiere Aguilar (1994), debe cumplir con funciones de tipo pedagógico, terapéutico, asistencial y preventivo (Guillén, 2017); es decir, la respuesta a la situación de los niños y adolescentes en situación de riesgo, debe ser múltiple y diversa, la misma que al traducirse en intervenciones preventivas en medio abierto, se dan dentro de *atenciones no convencionales* que, además de prevenir el desarrollo de conductas de riesgo, buscan romper con el *ciclo de la institucionalización obligatoria de niños y adolescentes pobres*, del que ya había hablado Antonio Carlos

13 A lo largo de su historia, la familia ha atravesado por números cambios y, en la actualidad, admite numerosas variantes compatibles con la satisfacción de las necesidades de sus miembros.

14 En el artículo electrónico *EL EDUCADOR DE CALLE. ¿EDU... QUE?*

Gomes Da Costa (1996)^{15**}.

Debido a esto, como una respuesta a la institucionalización, la sociedad moderna se vio en la obligación de inventar nuevos modelos de atención y –junto a ellos– crear *nuevos actores sociales* para contribuir a que los niños y adolescentes de sectores populares, se liberen de la criminalización de la pobreza de sus familias y tengan la oportunidad de insertarse en el desarrollo social.

En la actualidad, un grupo importante de proyectos y recursos, tanto desde los diferentes espacios institucionales como desde el ámbito de la calle vienen a confluir durante los últimos años en una nueva forma de entender la intervención y la acción socioeducativa, más acorde a las claves que movilizan la sociedad del conocimiento.

De acuerdo con esto, puede hablarse de una *ecología de la acción socioeducativa* con niños y adolescentes en riesgo social, la cual –ahora se sabe– implica tres espacios: *la familia, la escuela y la calle*, en donde únicamente se puede intervenir desde los servicios sociales del sistema de protección social a la infancia y a través de «*grupos sociales artificiales*»¹⁶.

UN «OTRO» MODELO DE INTERVENCIÓN SOCIAL: LA ECOLOGÍA DE LA ACCIÓN SOCIOEDUCATIVA CON NIÑOS Y ADOLESCENTES EN RIESGO SOCIAL

Hablar de un «*otro*» modelo de intervención social nos conduce a pensar en la existencia de un modelo previo y, a la vez, diferente, el mismo que –sin ahondar en ello– puede ser entendido –incluso– como un *modelo tradicional y convencional de intervención social*, en el cual la uniformidad, el universalismo, el determinismo y la unidireccionalidad son las piedras angulares de sus actuaciones, las que –por ello mismo– son mecánicas y, por tal, pueden ser descritas como impersonales, lejanas y no empáticas.

De acuerdo con Galpin (1915, citado por Timasheff, 2002), en la sociedad humana existen «*zonas naturales*» que son determinables, por lo que, en base a la «Propiedad Reflexiva de la Simetría en Espejo» que fue propuesta –en 1978– por Tristán Platt, también es posible que –como reflejo– existan «*zonas que no son naturales*» y que –a pesar de ello– también puedan ser determinables. En este sentido, en base a lo señalado por Zygmunt Bauman (2021), puede afirmarse que los espacios naturales para el desarrollo de los niños y adolescentes son «*la familia*» y «*la escuela*» y que, de otro lado, «*la calle*» sería –por sus características propias– un espacio que no es natural [ha sido creado culturalmente] y donde no podrían darse procesos de desarrollo, pese a que en ella –incluso– puedan

15 Al haber criminalizado la pobreza, la *Doctrina de la Situación Irregular* concebía al llamado menor como un potencial delincuente (Saavedra de García, 1996) y, en consecuencia, como una amenaza para la sociedad (Da Costa, 1996), por lo que era necesaria su institucionalización como una forma de prevención social ante la emergencia de patologías sociales.

16 Los *Grupos Sociales Artificiales* (o simplemente *Grupos Artificiales*, como también los llamaremos) no son naturales (como lo es *la familia*), ni naturalizados histórica o socialmente (como *la escuela*), sino que más bien son culturales, es decir han sido creados con una finalidad ad-hoc.

aparecer «*grupos artificiales*» en los que, por afinidad o por interés, se insertan los niños y adolescentes.

En teoría, puede pensarse que «*la familia*» es el espacio de mayor protección para el niño y adolescente¹⁷ y que «*la escuela*» (espacio que es diferente a la familia) es un espacio de transición, ya que no es habitada, es ocupada temporalmente y su finalidad es habilitar a los niños y adolescentes para su posterior inserción productiva en la sociedad; siguiendo esta misma línea, puede pensarse a «*la calle*», siempre que ésta sea ocupada por un habitante que es estructurado por ella, como un espacio de alto riesgo, donde se produce el deterioro social de quien lo habita.

Esta idea, tal como se aprecia en la **Ilustración 1**, puede ser graficada como una serie de círculos concéntricos en torno a «*la familia*», desde el espacio de mayor protección al espacio de mayor riesgo, donde aparecen el delito, el consumo de drogas y todo tipo de patologías sociales. Así, en el núcleo de la cartografía de nuestro *modelo ecológico para la acción socioeducativa con niños y adolescentes en riesgo social* se encuentra «*la familia*» como espacio de mayor protección del niño y adolescente, «*la escuela*» como un espacio de transición y «*la calle*» como un espacio de desprotección y, por tal, de alto riesgo de deterioro social.

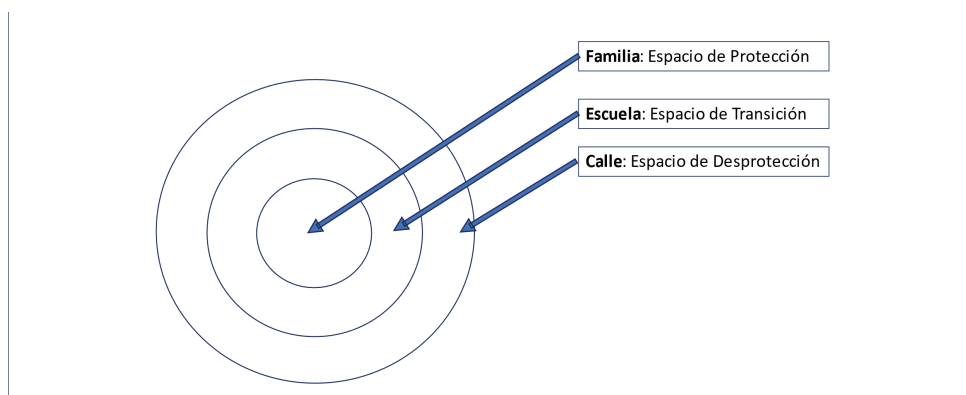


Ilustración 1. Ecología de la intervención socioeducativa con niños y adolescentes

La ecología de la acción socioeducativa con niños y adolescentes en riesgo social puede ser comprendida como la atención a la necesidad de contar con un marco alternativo para dar respuesta ad-hoc a la situación de riesgo en la que se encuentran los niños y adolescentes en todos los espacios sociales por los que circula, la misma que integra el análisis de los grupos sociales de riesgo, así como su estructura y dinámica interna, su ubicación en la estructura social y su forma de apropiación del conocimiento de su entorno e interacción con los demás grupos sociales.

¹⁷ En la práctica, la realidad muestra que la familia también puede ser un espacio de riesgo para sus miembros más vulnerables.

Para ser eficaz, la ecología de la acción socioeducativa con niños y adolescentes en riesgo social debe cumplir con dos condiciones atinentes: la primera es de orden práctico y consiste en *la acción socioeducativa de equipos de profesionales especializados en atención no convencional (en medio abierto) y en educación no formal*.

La segunda condición, paradójicamente, es de orden conceptual y consiste en *la atomización de la sociedad en grupos de riesgo que ocupan espacios sociales al margen de la sociedad oficial y están ubicados en entornos amplios y no dialogantes*, por lo que se requiere de nuevos actores educativos que irruman en dichos espacios desde un enfoque social que sea crítico, dialogante y participativo.

- **¿Qué debemos entender por acción socioeducativa?**

En base a la información que existe al respecto, puede decirse que la acción socioeducativa: 1) es una *forma de intervención social*, 2) se hace a través de *actos educativos*, 3) busca superar un *problema social*, 4) se lleva a cabo en una determinada *comunidad o colectivo de personas*, 5) se realiza con quienes tienen en común encontrarse en *riesgo social* y 6) se da dentro de un *entorno social*.

De acuerdo con esto, la acción socioeducativa puede ser definida de modo preliminar como *“una forma de intervención social que se realiza a través de actos educativos con la finalidad de superar un problema social que afecta a una determinada comunidad o colectivo de personas que están en riesgo social por encontrarse dentro de un entorno social de riesgo”*.

Si bien esta definición surge de la *Hipótesis de Belsells* (2003)¹⁸, se vincula – también– a la *ecología del desarrollo humano* que fue propuesta por Urie Bronfenbrenner¹⁹, al considerar que el desarrollo humano es un proceso no concluido que ocurre a lo largo de la vida de la persona y que, éste, a la vez, se da en sus diferentes etapas de desarrollo como respuesta a los diferentes espacios sociales por los que transita o circula en cada una de dichas etapas y en los cuales –tal como bien señaló Durkheim en 1895²⁰– existen normas preestablecidas que le son impuestas al niño y adolescente a través de la socialización.

En este sentido, la acción socioeducativa, en tanto es un acto educativo²¹, vincula el *proceso de socialización* (que también es concebido como un *proceso no concluido de integración de la persona* que se produce a lo largo de las diferentes etapas de desarrollo) con la capacidad de respuesta (o adaptación) de la persona a los diferentes espacios sociales por los que transcurre –y transcurrirá– su vida, la cual –es de presumirse– obedece

18 De acuerdo con la *Hipótesis de Belsells*, “Un niño está en riesgo social si pertenece a un entorno que presenta factores de riesgo”, en base a esta hipótesis se perfila la importancia que tiene la familia y el entorno social inmediato de los niños y adolescentes para la acción socioeducativa (Guillén, 2021a).

19 Para Bolívar, Luengo y Moyá (2008), la perspectiva ecológica de Bronfenbrenner dibuja una visión de la relación entre el desarrollo humano y los ambientes en los que éste se desarrolla; así, para Bronfenbrenner, el desarrollo humano es un proceso adaptativo en el que, a diferencia de Jean Piaget, distingue cuatro sistemas, ambientes o niveles a los que corresponden otras tantas formas de adaptación, configurando las bases de la ecología del desarrollo humano.

20 En el Capítulo I de *Las Reglas del Método Sociológico*.

21 El acto educativo es, a la vez, un proceso social (por el que se da la socialización) y psicológico (por el que se da la subjetivación).

a un *proceso de subjetivación*²².

En correspondencia a la premisa de que los espacios naturales para el desarrollo de los niños y adolescentes son «*la familia*» y «*la escuela*» y que -por oposición- «*la calle*» es un espacio donde -por lo general- se dan procesos de deterioro físico, psicológico y social, se postula que, para lograr la adaptación e integración del niño o adolescente a la sociedad, debe -primero- haberse disminuido y revertido el riesgo de deterioro social; de acuerdo con esto:

a) En cada uno de estos espacios, la socialización y educación del niño o adolescente se realizan desde algún tipo de educación²³, el que no puede dejar de ser específico para *la familia*, *la escuela* y *la calle*, tal como se aprecia en el **Gráfico 1**.

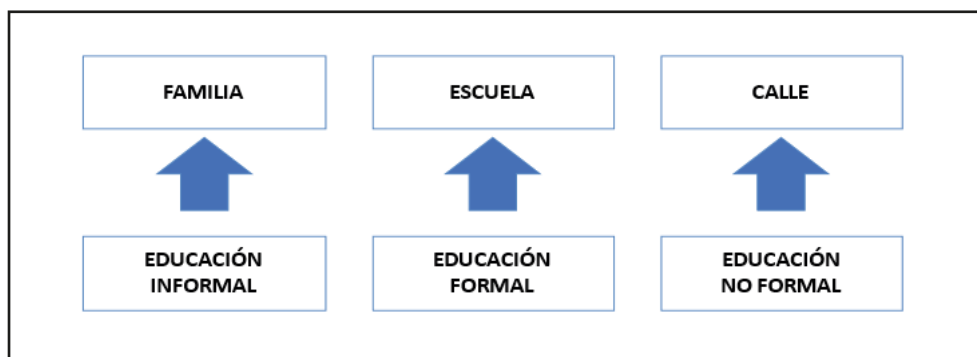


Gráfico 1. Espacios y tipo de educación

Para que los niños y adolescentes se desarrollen, tanto en «*la familia*» como en «*la escuela*», se requiere que éstos adquieran las condiciones necesarias para su adaptación e integración a la sociedad y que, además, aprendan a controlar las diversas situaciones de riesgo; por ello, para su adecuada socialización y educación en cada uno de estos espacios, se requiere -a su vez- un apoyo formal²⁴ a los padres y profesores: a través de la acción socioeducativa de *Educadores Sociales*, la misma que -por ser un tipo de acción social que tiene naturaleza educativa- se orienta a lograr un *cambio social positivo*²⁵ en el funcionamiento y desempeño de los adultos.

De otro lado, para que los niños y adolescentes no se deterioren en «*la calle*», se requiere la disminución y la reversión del riesgo social; por ello, para su adecuada

22 En este proceso de subjetivación se encuentran las bases de la *neuro-psico-socio inmunización* del niño o adolescente en riesgo social; el *proceso de neuro-psico-socio inmunización* del niño o adolescente ya lo hemos abordado en otro trabajo donde nos referíamos al proceso de recuperación del consumo de sustancias psicoactivas de niños y adolescentes con experiencia de vida en calle.

23 Al hablar de educación, en realidad estamos hablando de: 1) la educación formal, 2) la educación no formal y 3) la educación informal, tal como han señalado Coombs y Ahmed (1974, citados por Trilla, 1987) y Olivar y Tembrás (2007).

24 Es decir, del apoyo que se brinda desde un servicio social público o privado, donde la intervención social es llevada a cabo por profesionales y no por voluntarios.

25 Se pone énfasis en el *cambio social positivo*, ya que los supuestos del cambio social también conducen a que este puede ser negativo, pasando -así- a ser un proceso negativo para la sociedad (Plaza, 2014).

socialización y educación en este espacio de alto riesgo, se requiere, sin ningún tipo de participación de otros adultos, del apoyo formal a los niños y adolescentes en riesgo de deterioro social (para que adquieran las habilidades sociales necesarias para su *integración social*) a través de la acción socioeducativa de *Educadores de Calle*, la misma que –por ser un tipo de acción social que tiene naturaleza educativa– se orienta a lograr un cambio positivo en el funcionamiento y desempeño de los niños y adolescentes en riesgo social, a fin de que éstos cuenten con los recursos necesarios para evaluar la situación en la que se encuentran viviendo y, de modo autónomo, decidan cambiarla.

Aprender a controlar situaciones de riesgo (y lograr la disminución y reversión del riesgo social), nos pone frente a la educación no formal²⁶ y, necesariamente, nos devuelve al humanismo de Paulo Freire y de Jacques Delors (Guillén, 2021b).

b) La realización de las acciones socioeducativas en cada uno de estos espacios tiene por finalidad lograr la integración del niño y adolescente a la sociedad, para lo cual la intervención social busca que en *la familia* los padres adquieran las competencias necesarias para ejercer la *parentalidad positiva* y que en *la escuela* los profesores adquieran las competencias necesarias para desarrollar la *educación liberadora*.

Actores \ Espacios	FAMILIA	ESCUELA	CALLE
ADULTO	Parentalidad Positiva	Educación Liberadora	Mediación Empática
NNA	Apego Seguro	Aprendizaje Significativo	Integración Social

Se parte de la premisa que si los adultos *la familia* y *la escuela* adquieren las competencias necesarias para cumplir sus roles (paterno y educativo), el niño o adolescente desarrollará *apego seguro* y realizará *aprendizajes significativos*, con los que estará habilitado para su integración social y el ejercicio de su ciudadanía.

Debido a que se parte del supuesto que tanto *la familia* como *la escuela*, en lugar de ser espacios de protección para el niño y adolescente, son espacios de riesgo, la acción socioeducativa que se realiza en *la calle* busca corregir las deficiencias que se han sucedido en la socialización y educación del niño o adolescente, por lo que ésta se orienta a desarrollar la resiliencia y la asertividad como habilidades sociales necesarias para lograr la autonomía del niño o adolescente y su integración a la sociedad, tanto en términos

26 F. H. Harbison (1976, citado por Trilla, 1987) define a la educación no formal como la generación de habilidades que tiene lugar fuera del sistema escolar; R. G. Paulston (1976, citado por Trilla, 1987), por su parte, define a la educación no formal como aquella que incluiría todos los procesos de socialización y aprendizaje de habilidades que se dan fuera del ámbito de la educación formal.

económicos como en términos culturales.

Partiendo de este mismo supuesto, la acción socioeducativa que se realiza en *la familia* se orienta a lograr la socialización sana del niño o adolescente en una familia capaz de desarrollar afectos²⁷ y, de otro lado, la que se realiza en *la escuela* se orienta a que la educación de los niños y adolescentes se realice en una escuela donde se transmitan valores, con profesores capaces de contribuir a cambiar las situaciones que afectan a la sociedad y su futuro.

Mientras tanto, la acción socioeducativa que se realiza en *la calle* se orienta a lograr la interrupción de la *socialización patológica* del niño o adolescente y a su retorno a la sociedad formal, en una familia funcional y en una escuela que lo acepte.

- **¿Qué debemos entender por ecología de la acción socioeducativa con niños y adolescentes en riesgo social?**

En el caso de los niños y adolescentes, puede pensarse que el desarrollo humano es un proceso que se da como una *respuesta adaptativa a los espacios sociales en los que se desarrolla su vida: la familia, la escuela y la calle* y, en el caso de los niños y adolescentes en *alto riesgo social*, este proceso se da principalmente (o casi exclusivamente) en la calle, aunque por darse en este espacio no puede hablarse de desarrollo sino de *deterioro social* [ver **Esquema 1**].

Desde esta hipótesis, el *proceso de socialización* de los niños y adolescentes se da —de modo atingente— junto a un *proceso de subjetivación*, desde el cual éste se adapta a cada uno de los espacios sociales donde transcurre su vida, los cuales —si bien están dentro de un entorno social— no siempre son transitados o circulados; así, por ejemplo, al romper con su familia (y la escuela), el niño o adolescente que vive en la calle, socializa y subjetiva -principalmente- en la calle, donde la familia no existe²⁸ (Grima, 1999), siendo casi inexistentes sus contactos con “*otros*” espacios sociales (como la parroquia, la comisaria o el centro de salud, etc.), a los cuales percibe como hostiles y contrarios a su cultura (la *sub-cultura de la calle*) y a los valores del grupo de calle, entre los que destacan *la libertad y la solidaridad*.

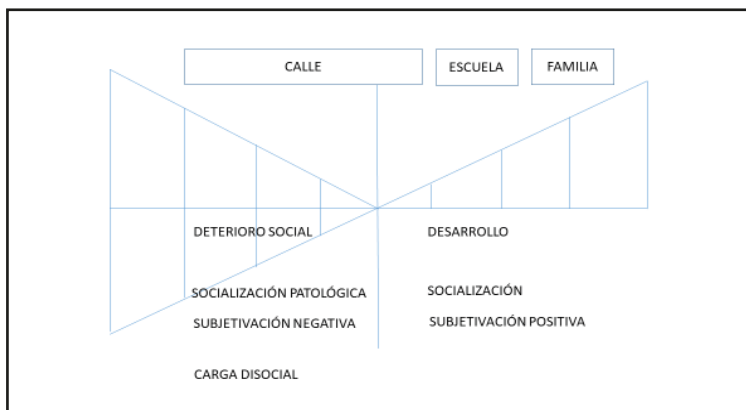
De acuerdo con esto, la exclusión de un subsistema conduce a la exclusión de otros subsistemas; probablemente el ejemplo más claro de esto sea el caso de los niños que viven en la calle, en donde la exclusión está referida más al lugar que se ocupa antes que a una situación individual, donde

las condiciones de abandono, de soledad o desahucio de los niños son producto de la exclusión social, que caracteriza los actuales procesos de

27 Un supuesto adicional es que *el afecto inmuniza psicológica y socialmente al niño y adolescente* ante la aparición y desarrollo de conductas de riesgo.

28 Es decir, la familia ideal tal como desde el discurso hegemónico la hemos definido, con padres e hijos; aquí, aunque teóricamente, cabe señalar que, si bien en la calle no existe la familia que la sociedad nos reclama, debido a la vinculación que tienen los niños y adolescentes que viven en la calle, éstos se reconocen como una familia y, aún, cumplen roles para su mantenimiento.

globalización y de la moderna modernidad de una sociedad postsocietal (network society de Manuel Castells), dominada por las políticas neoliberales. Resulta obvio que los efectos de estructura de la exclusión sean una causa y razón (estructural) de las precarias condiciones de la infancia en muchas situaciones del mundo moderno. (Sánchez, s/f., pp. 110-111)



Esquema 1

Espacios en los que se desarrolla la vida del niño o adolescente en riesgo social

Así, las familias que generan niños que viven en la calle fueron previamente excluidas de la sociedad formal y, tal como ha afirmado Juan Manuel Grima (1999), “la exclusión, más que la familia, produce al niño en situación de calle” (p. 89).

Aceptando la existencia de subsistemas diversos con elementos que interactúan y se organizan como una totalidad de componentes heterogéneos, la idea de una *ecología del desarrollo humano* conduce a una *ecología para el desarrollo humano*, la cual nos lleva –por el *Principio de la Propiedad Reflexiva de la Simetría en Espejo* que fue propuesta por Platt– a una *ecología del deterioro del niño y adolescente en riesgo social*, la misma que –a su vez– nos coloca frente a lo que puede afirmarse es una *ecología de la acción socioeducativa*.

De acuerdo con esto, en cada uno de los grupos sociales de riesgo [sistemas diversos con elementos que interactúan y se organizan como una totalidad de componentes heterogéneos] que forman la *ecología de la acción socioeducativa*, los problemas de los niños y adolescentes que los ocupan no tienen una causalidad lineal, por lo que su solución tampoco es lineal ni unidireccional, sino que ésta –más bien– es compleja y, por tal, obedece a la complejidad y dinámica de la realidad social, la misma que no puede ser entendida como un todo monolítico, sino como un todo que se encuentra atomizado.

A MANERA DE CONCLUSIÓN

La acción socioeducativa con niños y adolescentes en riesgo social es universalista y no obedece a las necesidades concretas de la infancia; por ello, al haber sido diseñada desde el discurso hegemónico de una infancia sin problemas que está integrada a la sociedad, no recoge la existencia de los niños y adolescentes en proceso de desvinculación o no integrados como sujetos de derecho en ningún grupo social formal, siendo necesaria la creación de servicios sociales específicos y ad-hoc para interrumpir la situación de riesgo de los niños y adolescentes e integrarlos a la sociedad de su tiempo.

Teniendo en cuenta la necesidad de servicios específicos para interrumpir la situación de riesgo de los niños y adolescentes e integrarlos a la sociedad, a partir de los espacios donde éstos socializan y se educan, puede afirmarse que existe una ecología formada por la familia, la escuela y la calle, la misma que está organizada en círculos concéntricos en función a la protección que en cada uno de estos espacios se brinda a los niños y adolescentes.

Debido al riesgo de desprotección y de deterioro social al que los niños y adolescentes están expuestos en la familia, la escuela y la calle, surge la propuesta de una ecología para la acción socioeducativa con niños y adolescentes en riesgo, la cual es útil como un marco teórico para la intervención social formal con énfasis en la socialización y educación en cada uno de estos espacios, teniendo la finalidad de lograr la autonomía e integración a la sociedad de los niños y adolescentes en riesgo social, respetando su individualidad y la especificidad de la problemática presente en cada uno de los espacios por los que éstos circulan. A este marco teórico es a lo que llamamos *ecología para la acción socioeducativa con niños y adolescentes en riesgo social*, la misma que puede ser pensada como un «*modelo ecológico para la acción socioeducativa*».

La acción socioeducativa debe entenderse como un instrumento de intervención que es necesario para lograr el cambio social, es decir lograr que el niño o adolescente salga de la situación de riesgo en la que se encuentra en cada uno de los grupos sociales de los que forma parte o por los que circula.

Debido a que se trata de un tipo de acción social que tiene naturaleza educativa, la acción socioeducativa se orienta a lograr un cambio positivo en el funcionamiento y desempeño de los niños y adolescentes en riesgo social en cada uno de los grupos sociales de los que forma parte o por los que circula, por lo que la socialización y educación del niño o adolescente se realizan desde algún tipo de educación, el mismo que es específico para *la familia, la escuela y la calle*.

Asimismo, debido a las deficiencias que cada uno de estos espacios tiene para la adecuada socialización y educación de los niños y adolescentes en riesgo social, a fin de lograr un cambio positivo en el funcionamiento y desempeño de los adultos, tanto en la familia como en la escuela, se requiere un apoyo formal (a padres y profesores) a través

de la acción socioeducativa de *Educadores Sociales*, mientras que, para evitar el deterioro de niños y adolescentes en la calle, se busca la disminución y la reversión del riesgo social; por ello, para promover su socialización y educación en este espacio de alto riesgo, se requiere de la acción socioeducativa de *Educadores de Calle*, la misma que se debe orientar al cambio positivo en el funcionamiento y desempeño de los niños y adolescentes en riesgo social, a fin de que éstos cuenten con los recursos necesarios para evaluar la situación en la que se encuentran viviendo y, de modo autónomo, decidan abandonarla.

REFERENCIAS

Balsells, M. (2003). La infancia en riesgo social desde la sociedad del bienestar. *Revista Teoría de la Educación*, Vol. 4. https://campus.usal.es/~teoriaeducacion/rev_numero_04/n4_art_balsells.htm

Bauman, Z. (2021). *Sobre la educación en un mundo líquido*. Paidós.

Beck, U. (1998). *La sociedad del riesgo*. Paidós.

Bolívar, A., Luengo, F. y Moyá, J. (2008). Aportaciones teóricas para una educación democrática. En F. Luengo y J. Moyá (Coords.), *Escuela, familia, comunidad: claves para la acción* (pp. 19-80). Wolters Kluwer.

Bourdieu, P. (2002). Condición de clase y posición de clase. *Revista Colombiana de Sociología*, VII(1), 119-141.

Bühler, A. (2012). *Sociología*. Editora Lealtad.

Cathalifaud, M. (2015). Interpelación a las ciencias sociales: el desafío de comprender la sociedad contemporánea. *Revista de Sociología*, 25, 17-33.

De Mesquita, D. (2002). El esclarecimiento del concepto de autonomía de Paulo Freire en la práctica de educadores sociales para niños de la calle. En A. Saul (Ed.), *Paulo Freire y la formación de educadores. Múltiples miradas* (pp. 85-97). Siglo XXI.

Gomes, A. (1996). *Situación de las niñas y niños de la calle y políticas de protección. Vida, pasión y muerte de una categoría de comprensión y acción social*. CELATS.

Grima, J. (1999). Una mirada sobre los orígenes. En J. Grima y A. Le Fur, *¿Chicos de la calle o trabajo chico?* (pp. 83-100). Lumen Humanitas.

Guillén, C. (2017). Metodología de Atención Articulada para la atención de niños en situación de calle [Experiencia, Universidad Nacional Federico Villarreal]. UNFV.

Guillén, C. (2019). *Educación social. Acción socioeducativa con niños en alto riesgo de deterioro social* [manuscrito en corrección para publicación]. Instituto Paulo Freire.

Guillén, C. (2021a). *La paradoja peruana. Aislamiento obligatorio e infancia en riesgo social en la nueva normalidad*. Letra.

Guillén, C. (2021b). *Paulo Freire y los Educadores de Calle (Aproximación a una experiencia pública de Educación de Calle desarrollada en el Perú)*. Letra.

Guillén, C. (2021c, 17 de diciembre). *Epistemología de la infancia y niños en situación de calle* [conferencia]. Presentación del Protocolo del Servicio de Educadores de Calle del INABIF, Lima, Perú.

Guillén, C. (2022, 26 de noviembre). *Intervención social con niños, niñas y adolescentes en acogimiento residencial* [ponencia]. Encuentro Nacional de Directores de Centros de Acogida Residencial del INABIF, Lima, Perú.

Jokisch, R. (2017). Apuntes sociológicos respecto a la teoría y la metodología de lo micro y lo macro. En R. Jokisch y F. Castañeda (Coords.), *Hacia una sociología integrativa* (pp. 13-24). UNAM.

Leff, E. (2007). La complejidad ambiental. En *Polis*, 6(16), 1-9.

Le Fur, A. (1999). Una mirada epistemológica. En J. Grima y A. Le Fur, *¿Chicos de la calle o trabajo chico?* (pp. 25-47). Lumen Humanitas.

López, D. (2019). El surgimiento y actualidad del problema ecológico-ambiental: una aproximación crítica desde la descolonialidad del poder. *Revista de Sociología*, 29, 85-111.

Mancini, F. (2018). El riesgo en la sociología contemporánea. En I. Rubio (Comp.), *Sociología del riesgo, marcos y aplicaciones* (pp. 17-48). UNAM.

Marí, S. (2016). Acción socioeducativa con familia e infancia en riesgo. En J. Quintanal y M. Melendro (Coords.), *Acción socioeducativa con colectivos vulnerables* (pp. 17-49). UNED.

Mazo, J. y Adán, F. (s/f). *EL EDUCADOR DE CALLE. ¿EDU... QUE?*

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2699981>

Melendro, M. y Cruz, L. (2013). Los escenarios de la intervención. En M. Melendro y A. Rodríguez (Coords.), *Intervención con menores y jóvenes en dificultad social* (pp. 85-140). UNED.

Milla, R. (2022, setiembre 18). La sociedad como acontecimiento. Breve aproximación a la idea de sociación en Georg Simmel. *Diario UNO*.

Molinari, T. (2009). Los desafíos actuales de la teoría social. Algunas consideraciones centrales. *Sociología*, 1, 89-100.

Olivar, A. y Tembrás, (2007). La educación social en el tratamiento de las drogodependencias II: estrategias y procedimientos. *Revista peruana de drogodependencias*, 5(1), 213-241.

Prigogine, I. (1997). *El fin de las certidumbres*. Taurus.

Prigogine, I. (1998). *El nacimiento del Tiempo*. Tusquets.

Prigogine, I. (2007). *El desorden creador*. https://www.nodo50.org/ciencia_popular/articulos/Prigogine.htm

Plaza, O. (2014). *Teoría sociológica*. PUCP.

Pratt, H. (2010). *Diccionario de sociología*. FCE.

Ríos, J. (2016). Prospectiva de la investigación socioeducativa en el Perú. *Revista de Sociología*, 26, 141-157.

Saavedra, D. (1996). *Caracterización de las niñas, niños y adolescentes de sectores populares*. CELATS.

Sánchez, J. (s/f). Para una sociología de la infancia y adolescencia. En *Infancia y adolescencia en América Latina, aportes desde la sociología*. Tomo I (pp. 109-291). IFEJANT.

Timasheff, N. (2002). *La teoría sociológica*. FCE.

Trilla, J. (1987). *La educación informal*. PPU.

POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO E ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO PAISAGÍSTICA DO RIO DE JANEIRO

Data de submissão: 08/02/2023

Data de aceite: 03/04/2023

Eder Claudio Malta Souza

Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS)
<http://lattes.cnpq.br/6501787097191465>

RESUMO: Este artigo analisa a relação do consumo cultural e as políticas de patrimônio e de valorização paisagística. A pesquisa enfoca no processo de patrimonialização da paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro pela UNESCO, em 2012, que foi uma estratégia de valorização turística, proteção paisagística e de sustentabilidade do ambiente cultural carioca para preservar sua integridade e autenticidade visual. A metodologia da pesquisa consistiu na abordagem qualitativa na análise do sítio paisagístico, realizando-se a leitura de fontes bibliográficas e empíricas sobre a temática, e de documentos oficiais com destaque para os dossiês de candidatura e plano diretor da cidade. Com base nessas fontes, discutimos que o conceito de paisagem cultural, inovador para a inscrição de áreas urbanas, tornou-se um importante recurso para reposicionar o Rio de Janeiro no mercado turístico global e como a

patrimonialização visa a revitalização dos espaços urbanos tradicionais, ao mesmo tempo em que questiona como proteger a visualidade e a ambiência da paisagem cultural, evitando-se a perda potencial de sua originalidade tanto para as intervenções relacionados aos megaeventos esportivos, quanto para a sua *contrapaisagem*, ou seja, a favelização dos morros. Conclui-se que estas características inscrevem a plural e conflitiva relação do consumo cultural e com a recomposição identitária e paisagística da cidade do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem cultural; Políticas de patrimônio; Consumo cultural; Contrapaisagem.

HERITAGE POLICIES AND STRATEGIES FOR LANDSCAPE VALORIZATION IN RIO DE JANEIRO

ABSTRACT: This article analyzes the relationship between cultural consumption and heritage and landscape enhancement policies. The research focuses on the process of patrimonialization of the cultural landscape of Rio de Janeiro by UNESCO in 2012, which was a strategy for tourist valorization, landscape protection, and sustainability of the carioca cultural

environment to preserve its integrity and visual authenticity. The research methodology consisted of a qualitative approach in the analysis of the landscape site, carrying out the reading of bibliographic and empirical sources on the subject, and official documents with emphasis on the candidacy dossiers and master plan of the city. Based on these sources, we discuss how the concept of the cultural landscape, innovative for the inscription of urban areas, has become a resource to reposition Rio de Janeiro in the global tourism market and how patrimonialization aims at revitalizing traditional urban spaces while questioning how to protect the visuality and ambiance of the cultural landscape, avoiding the potential loss of its originality both for interventions related to mega sporting events and for its counter-landscape, that is, the favelaization of the hills. We conclude that these characteristics inscribe the plural and conflictive relationship of cultural consumption and with the identity and landscape recomposition of the city of Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Cultural Landscape; Heritage Policies; Cultural Consumption; Counter-landscape.

1 | INTRODUÇÃO

As paisagens cariocas constituem um dos principais atrativos turísticos brasileiros. Apesar disso, somente após sua patrimonialização pela UNESCO, em 2012, tem-se investido em políticas de proteção paisagística e do “ambiente cultural” carioca para preservar sua integridade e autenticidade visual. Tais políticas giram em torno da revitalização urbana e do desenvolvimento econômico de áreas estratégicas.

Este artigo discute sobre o processo de patrimonialização da Paisagem Cultural da cidade do Rio de Janeiro, inscrita em 2012 na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO sob o título “Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar”. Nosso objetivo é analisar a política de valorização paisagística e de recomposição turística da cidade decorrente da patrimonialização e das intervenções implementadas na área paisagística. A tipologia de paisagem cultural para áreas urbanas torna-se um instrumento técnico e conceitual inovador de preservação patrimonial e ambiental e renovador na forma de ler a cidade e os patrimônios que, neste caso, não se circunscreve ao modelo tradicional de centro histórico.

As paisagens cariocas constituem um dos principais atrativos turísticos brasileiros. Apesar disso, somente após sua chancela pela UNESCO, em 2012, tem-se investido em políticas de proteção paisagística e do ambiente cultural, e de preservação da integridade e da autenticidade visual do sítio. Tais políticas visam o desenvolvimento de projetos sustentáveis nas chamadas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) através do Programa Novas Alternativas e do Programa de Apoio à Conservação do Patrimônio Cultural Edificado (PRÓ-APAC).

Porém, no âmbito prático, a gestão do sítio é considerada complexa, pois a inscrição da cidade foi aceita sem um Plano de Gestão totalmente elaborado em função de seu ineditismo e somente em 2016 o Comitê Gestor da Paisagem Cultural foi formalmente

instalado (RIBEIRO, 2019), além de seu difícil dimensionamento, devido ao seu tamanho e a diversidade de elementos (culturais, religiosos, ambientais, urbanos etc.) para consolidar os investimentos. A saída foi a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) realizar parcerias com escritórios técnicos, intermediários culturais e diversos setores privados de turismo e dos mercados de consumo cultural visando o processo de revalorização paisagística de diversas regiões da cidade, desde os espaços públicos da Zona Sul — já reconhecidos como símbolos da identidade cultural carioca — à revitalizada Zona Portuária, que ganhou destaque no cenário turístico durante a preparação para os Jogos Olímpicos de 2016.

Devido às necessidades de preservação e de adequação dos espaços da cidade para a recepção do megaevento, estendemos o nosso estudo com um olhar crítico em relação a alguns morros favelizados situados na área considerada paisagem cultural e com vistas à Baía de Guanabara — que chamamos de *contrapaisagens* (MALTA, 2015, 2017) dos tradicionais lugares de visibilidade pública carioca. Logo, propõe-se debater como a paisagem sociocultural é incorporada na busca de uma nova imagem e como conforma um futuro desejável de sustentabilidade socioespacial, ambiental, econômica e cultural da cidade.

Enquadramos como objeto de análise a relação do consumo cultural com as políticas urbanas de patrimonialização e de valorização paisagística, tendo com o referente empírico a cidade do Rio de Janeiro desde a chancela de sua paisagem cultural na lista do Patrimônio Mundial da Unesco, isto é, o recorte de análise ocorre entre os anos de 2012 a 2016, período em que a cidade sediou dois importantes grandes eventos como a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida seguindo a abordagem qualitativa. As etapas de coletas de dados para discutir nossos objetivos consistiram em duas etapas. A primeira etapa se baseou na análise empírica da situação de espaços patrimonializados do sítio, também realizada a partir de fontes bibliográficas, com breve revisão de literatura e discussão teórica.

Na segunda etapa, realizamos a análise de fontes documentais: o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PDDU/2011) da PCRJ, o documento de aprovado pela Unesco (2012), *Committee Decisions (36ª Convention): Cultural Properties – Rio de Janeiro, Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea (Brazil)* e o dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Lista de Patrimônio da Humanidade “Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a Montanha e o Mar”, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, 2012). Usamos extensa bibliografia acadêmica sobre as intervenções no Rio de Janeiro desde os anos de 1980.

2 | PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO E CONSUMO CULTURAL

Compreende-se que a relação entre patrimônio e o consumo cultural decorre da crescente participação do setor privado na gestão de áreas e bens patrimoniais que tem almejado lucrativas oportunidades de negócios e impulsionado uma complexa alteração conceitual do patrimônio – e de paisagem cultural –, adaptando-a à nova lógica do mercado, ou seja, tratando este patrimônio não mais como “bem simbólico”, mas sim como uma “mercadoria cultural” (LEITE, 2015). Na prática, esse “processo implica no reconhecimento de formas de interação baseadas no consumo e pressupõe [...] selecionar bens que potencialmente possam corresponder às expectativas de retorno financeiro dos altos investimentos privados” (LEITE, 2015, p.176)¹.

Os processos de patrimonialização associam dos elementos simbólicos e representacionais e os tornam recursos potenciais de sustentação das economias locais que servem para as cidades alcançarem maior visibilidade internacional em um cenário global que Fortuna (1997) chama de “concorrência intercidades”. Para o autor, tal processo “diz respeito tanto à captação de investimentos como à fixação local de fluxos globais ou parcelas suas, como à produção de imagens próprias da cidade” (FORTUNA, 1997, p.234).

Tal lógica de mercado de bens intensifica-se com o marketing urbano das áreas, paisagens e bens culturais patrimoniais e é promovida pelos segmentos turísticos, de produção cultural, design, mobilidade, curadorias etc. Ela resulta em um processo de *concorrência intracidade* (MALTA, 2015) que diz respeito à ação de empresas e intermediários culturais (FERREIRA, 2010) na promoção do patrimônio para a atração de consumidores e empreendedores para a sustentação da produção de imagens urbanas.

Com base em De Certeau (1994) e Featherstone (2007), entendemos que as práticas de consumo contemporâneas redefinem a oposição total entre valores de troca e de uso devido à dimensão prática, cultural e simbólica do consumo na economia e na vida social. Entendemos que o objetivo das políticas de patrimonialização é a valorização dos bens culturais materiais e imateriais capazes de agregar valor de consumo (MALTA, 2017) cultural, visual, estético etc., para a atração de investimentos dos setores privados.

As políticas de intervenção e de preservação ocorrem mediante a atribuição de valor excepcional aos bens (monumentos, lugares, paisagens, formas de vida, etc.) e ultrapassa o valor cotidiano para torná-los uma mercadoria cultural. Os bens passam a ser reconhecido através de seus valores de troca e de uso, isto é, pelo valor de consumo (inclusive para novos usos). Isto ocorre não somente na aquisição imediata dos bens, mas pela dimensão econômica e sociocultural acerca da valorização de tais bens.

Na dimensão econômica, Urry (1995) e Miles & Miles (2004) observa-se ato de consumir de lugares e bens patrimoniais. Urry (1995) argumenta que desde os anos de

¹ Tradução livre de “process implies the recognition of forms of interaction based on the consumption and presupposes [...], electing assets with the potential to meet the expectations for a financial return on the substantial investments made by the private sector” (Leite, 2015, p. 176).

1980, durante o processo de reestruturação urbana, os espaços urbanos adquiriram identidades como lugares de consumo cultural. Para estes autores, há várias maneiras de “consumir a cidade e seus patrimônios” devido à apropriação dos bens como mercadorias inovadoras e espaços de cultura, conhecimento e compras. Consequente, reside a dimensão sociocultural das práticas interativas e de sociabilidade inscritas nos espaços patrimoniais (LEITE, 2015) desde o incentivo aos usos dos espaços públicos através, por exemplo, da vida noturna, mobilidade, criação artística, hospedagem e gastronomia etc.

3 | A POLÍTICA DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DO RIO DE JANEIRO

O sítio paisagístico carioca tornou-se a primeira área urbana chancelada como Paisagem Cultural pela Convenção do Patrimônio da Unesco após aprovação do dossiê de candidatura do Iphan, “Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a Montanha e o Mar”, de 2012. Neste documento, previu-se a proteção dos bens materiais e imateriais, como as áreas naturais, os monumentos e as formas de vida dos conjuntos residenciais dos diversos bairros e áreas delimitadas no sítio paisagístico.

As ações previstas pela Convenção da Unesco (2012) deveriam girar em torno do então recém-criado PDDU/2011², documento no qual o conceito de paisagem tem centralidade. Destacamos os três primeiros princípios da política urbana formulada no PDDU com foco nas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs): I) noção de desenvolvimento sustentável para promover o desenvolvimento econômico, na preservação ambiental e a equidade social; II) nas noções de função social da cidade e da propriedade urbana; e III) na política de valorização e sustentabilidade ambiental, paisagística e patrimonial no processo de desenvolvimento do planejamento urbano da cidade.

O PDDU/2011 torna as APACs o principal instrumento básico de gestão e proteção do patrimônio cultural e delimita as “zonas estratégicas de especial interesse” para as políticas urbanas de valorização paisagística e de promoção de políticas culturais. Visa-se a conservação dessas áreas mediante a inovação dos usos espaciais e socioculturais sob o argumento de evitar o “engessamento” da área urbana e promover o desenvolvimento sustentável (GUIMARÃES, 2016), bem como proteger a visualidade e a ambiência da paisagem cultural, evitando assim a perda potencial de sua “originalidade”.

Conforme aponta Ribeiro (2011, p. 259), “além da concepção de tudo englobar, é a leitura do patrimônio através do espaço. Trata-se claramente de uma abordagem espacial e de uma interpretação dos fenômenos a partir de sua localização e de sua relação com outros no espaço”. Neste sentido, a escala de abrangência de um sítio paisagístico é delimitada por uma determinada porção espacial ou recorte territorial e remete sempre a um conjunto espacial concebido de conteúdos, representações e significados socioculturais peculiares

² Lei Complementar nº 111/2011

e construído em associação à morfologia e às formas naturais de um determinado território.

Para este autor, o Rio de Janeiro tornou-se a primeira grande área urbana inscrita como paisagem cultural e inaugurou uma nova perspectiva de Paisagem Urbana Histórica dentro do Centro do Patrimônio Mundial da Unesco. No entanto, apesar de difundir essa experiência para as políticas de intervenção de outras cidades, ela também possui desafios internos não resolvidos, inclusive dado as lacunas do plano de gestão.

3.1 Da zona sul à zona portuária: Estratégias para a valorização paisagística e patrimonial

Apesar de ser um conceito inovador, a paisagem cultural não define um perfil específico dos bens por possuir abrangência genérica e de múltiplas possibilidades. Esta ampla abordagem constitui seu maior risco, haja vista as pressões dos mercados e grupos de interesses (RIBEIRO, 2011). Por outro lado, possibilita também uma estratégia de identificação e de gestão do patrimônio de modo descentralizado e flexível.

Após a nomeação do sítio, a PCRJ criou o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) como órgão gestor das ações de revitalização urbana e de proteção à visualidade das zonas estratégicas de interesse cultural e paisagístico. No âmbito do IRPH, foi instituído o Programa de Apoio à Conservação do Patrimônio Cultural Edificado (PRÓ-APAC), que possui forte atuação na delimitação de áreas especiais de interesse paisagístico e de proteção do ambiente cultural. O programa consiste “na concessão de apoio financeiro a projetos voltados à conservação ou restauração de imóveis, preservados ou tutelados pelo município, que integrem o patrimônio cultural, histórico, artístico ou arquitetônico da Cidade do Rio de Janeiro” (PCRJ, 2012, p.3).

Através do Pró-APAC, o IRPH passou a elaborar projetos e políticas de intervenção em parcerias com instituições privadas e agências multilaterais nacionais e internacionais. A execução das principais políticas urbanas, ambientais e culturais municipais ocorre nas zonas estratégicas de especial interesse com a identificação, tombamento de bens edificados e do registro do patrimônio imaterial inscritos em APACs. São priorizados os espaços — quer de domínio público ou privado — que sejam caracterizados como um conjunto edificado de relevante interesse cultural para a memória da cidade e para a diversidade da ocupação urbana (PCRJ, 2011). Com os megaeventos, proliferou-se a especulação imobiliária em torno dos bairros inscritos no sítio paisagístico que pressionava o perfil habitacional de usos e estilos de vida dos antigos moradores e das camadas populares.

O processo de patrimonialização da Zona Sul da cidade girou em torno de espaços turísticos como o mosaico em ondas que desenhados no calçadão da Orla de Copacabana e o Aterro do Flamengo. Desde sua expansão, vincularam-se a vida urbana e as práticas socioculturais cariocas aos espaços de consumo cultural e à paisagem turística da cidade. Mas também buscou-se preservar as características arquitetônicas, sociais e ambientais

de seus bairros como forma de desenvolvimento urbano.

Dentre as estratégias, proliferaram-se o número de APACs com políticas de preservação das características sociais e ambientais dos conjuntos populacionais residentes de Copacabana, Lido, Peixoto e Leblon que possuem ambiência cotidiana tradicional. Mesmo atrelado à inovação dos usos socioespaciais e de edifícios antigos, “do ponto de vista urbanístico, no entanto, a medida cumpriu sua função estratégica: a construção civil de fato encontrou maior dificuldade de atuar na Zona Sul e transferiu seus investimentos para outras regiões da cidade, inclusive para a região portuária” (GUIMARÃES, 2016, p.162–163), evitando-se uma onda de renovação urbana ou mesmo de gentrificação generalizada.

A consolidação das APACs deslocou o fluxo de investimentos imobiliários para a Zona Portuária, que desde o início da realização do projeto Porto Maravilha³, em 2009, passa pela intensificação das iniciativas do mercado através da maior parceria público–privada na histórica brasileira para a revitalização e a renovação urbana (BROUDEHOUX; MONTEIRO, 2017). Isto possibilitou a proteção da ambiência residencial e a restrição de novas construções de impacto socioambiental e arquitetônico na Zona Sul que colocassem em risco a autenticidade paisagística dos espaços públicos ou descaracterizassem a qualidade de vida das comunidades residenciais da Zona Sul.

Para a inclusão do Centro Histórico do Rio de Janeiro, no ano de 2015, foi instituído o programa de reabilitação urbana “Centro para Todos”, que tem como princípios de intervenção o ordenamento, a segurança, a higienização e a iluminação dos espaços públicos. Este programa dividiu suas ações em nove áreas: Praça Tiradentes, Centro Financeiro, Praça XV, Cinelândia, Lapa, Cruz Vermelha, Saara, Castelo e Campo de Santana. Tem como uma das características promover a reocupação residencial, mapear os “vazios urbanos”, promover índices de caminhabilidade, transportes sustentáveis como bicicletas e Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e atração de setores da indústria criativa, etc. Tais ações visam reocupar e revitalizar o Centro como lugar de moradia, lazer e consumo⁴.

Apesar da intenção democrática do programa, muitas atividades comerciais populares não resistem à valorização econômica de tais áreas e vendem suas lojas para empreendimentos gourmetizados voltados para um público de maior renda. Tais casos, tem ocorrido na Rua da Carioca e Rua da Conceição considerados novos lugares de consumo e vida noturna. Torna-se evidente a intenção do IRPH em promover uma forte ação de enobrecimento com base nas noções de ordem, limpeza e segurança para garantir à cidade a sensação de vida ao ar livre e sustentabilidade nas áreas históricas. Este cenário possibilitou não só a expansão das políticas de patrimonialização para a Zona Portuária

3 O Projeto Porto Maravilha, criado pela Lei Municipal N° 101 de 2009, é uma Operação Urbana Consorciada (OUC) da Região do Porto do Rio, na Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU).

4 O índice de caminhabilidade é realizado pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP-Brasil) em parceria com o IRPH, mais detalhes em: <<http://itdpbrasil.org.br/indice-de-caminhabilidade/>>. O mapeamento dos vazios urbanos é uma realização de censo com a identificação e a caracterização de imóveis vazios e subutilizados, mais detalhes em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/exibeconteudo?id=6588530>>.

e Região Central, mas deu margem à política de incentivo à moradia e ao investimento nestas áreas como lugar de consumo, boemia, vida noturna e turismo cultural.

Na Zona Portuária, as ações mais significativas ocorreram com o projeto Porto Maravilha até as Olimpíadas na construção do Museu de Arte do Rio (2013), a revitalização da Praça Mauá e a construção do Museu do Amanhã, no final de 2015, sob o slogan da inovação, criatividade e tecnologias sustentáveis. Criou-se também o planejamento viário de mobilidade sustentável com VLTs e ciclovias após a demolição do Elevado Perimetral.

Conforme Leopoldo Pio (2013), o Porto Maravilha atua em quatro setores que são: a melhoria da infraestrutura (saneamento, malha viária, meio ambiente); o estímulo ao uso habitacional; o investimento comercial e industrial; e em cultura e entretenimento. Para o autor, apesar de o projeto almejar ações e intervenções abrangentes, “é possível notar que as atividades culturais são vistas por políticos e pela opinião pública como aspecto central e determinante do sucesso da revitalização econômica e social de espaços urbanos ‘degradados’” (PIO, 2013, p.10).

Estes espaços foram denominados áreas de interesse paisagístico e receberam atenção especial para serem incorporadas, como paisagem cultural, à rota turística durante a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Tal estratégia articulava, portanto, a política de patrimonialização à recomposição turística do Rio de Janeiro e à criação de novas imagens urbanas com o intuito de canalizar recursos financeiros para consolidar o plano de revitalização urbana e do antigo casario edificado.

4 | PATRIMÔNIO, VALORIZAÇÃO PAISAGÍSTICA E A CONTRAPAISAGEM CARIOCA

A política de preservação paisagística e do ambiente cultural ocorre no período em que ocorreu a preparação da cidade para receber os megaeventos esportivos, quando se intensificou a remoção de ocupações em morros favelizados e de cortiços na área central e portuária, sob o discurso da “ordem urbana”, de segurança pública, combate à violência e ao tráfico de drogas que legitimou a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Conforme Diniz (2014, p.13), “os princípios de ordem, racionalidade, normatização e funcionalidade nas políticas de renovação urbana sustentaram intervenções que, segundo seus críticos, negligenciaram os atributos históricos dos espaços urbanos e os modos de vida a eles associados”.

As favelas voltaram às atenções midiáticas desde 2010 após o Rio ser eleita cidade sede das Olimpíadas e passaram a ser relacionadas aos discursos ecológicos de preservação ambiental e sustentabilidade dos morros da Zona Sul. Tal perspectiva envolve a ideia de desfavelização, como demonstra Mattos (2014), para combater o crescimento e reverter a política de urbanização de favelas, a exemplo do Programa Morar Carioca (2010), uma extensão do Programa Favela-Bairro, que prometia se tornar o mais abrangente programa de urbanização de favelas do Rio através da modernização, infraestrutura e integração

entre as favelas da cidade até o ano de 2020 (STEIKER–GINZBERG, 2014). Conforme este autor, “está em curso na cidade do Rio de Janeiro a construção da legitimação da remoção de favelas como política permanente, o que pode jogar por terra o consenso que se formou em torno da urbanização durante os últimos 30 anos” (MATTOS, 2014, p.173).

Zukin (2000, p.106) postula que a paisagem é, “em grande parte, uma construção material, mas também é uma representação simbólica das relações sociais e espaciais [...] é uma poderosa expressão das restrições estruturais de uma cidade”. É na paisagem que podemos observar o que foi construído, escondido e o que resiste às mudanças estruturais da cidade. A paisagem ordena socioespacialmente a estrutura urbana, conforma relações sociais de poder político, de poder econômico e de diferenças culturais, portanto, sua representação simbólica e material constitui uma “paisagem de poder”.

A representação da Paisagem Cultural reforça a visualidade material e simbólica traduzindo o resultado da interação entre o homem e a natureza. Ela enaltece o mosaico urbano no entremeio de paisagens naturais que se constituiu no decorrer de intervenções urbanas sucessivas, projetadas para a construção de uma cidade moderna, competindo com suas próprias dificuldades técnicas para construir um aglomerado urbano entre o mar e os morros.

Com base na noção de paisagem postulada por Zukin (2000), podemos inferir que a favela constitui-se como uma contrapaisagem carioca (MALTA, 2015). Por contrapaisagem compreendo uma paisagem de inversão do planejamento e da representação simbólica de poder e que promove uma tensão estrutural na espacialidade urbana sobre as restrições estruturais e as dimensões normativas do espaço urbano estratégico. As favelas constituem a representação antissimbólica carioca (BARBOSA, 2012) e, como uma contra-paisagem, é comumente caracterizada pela representação social de degradação dos morros paisagísticos.

Dentre os objetivos, fixou-se também o foco nos morros paisagísticos da Zona Sul da cidade, chamadas áreas de amortecimento do sítio paisagístico, que são o entorno de uma unidade de conservação sujeito a normas e restrições específicas, onde situam-se as favelas Pavão–Pavãozinho, Cantagalo, Ladeira dos Tabajaras e Morro dos Cabritos — todas com vista para a Baía de Guanabara e que, quando não são removidas ou excluídas do mapa turístico, tornam-se disputados lugares de hospedagem, aventuras, emoções e exotismos turísticos (FORTUNA, 2012).

No entanto, em certa medida, as favelas têm sido transformadas em um dos destinos turísticos cariocas através da prática do *favela-tour*, o que envolve uma dupla condição associada à paisagem turística: por um lado, as remoções que levam à expulsão de moradores sob o argumento de irregularidades da ocupação e uso do solo; por outro, estimula os investimentos turísticos em áreas favelizadas e oculta o “texto visível” de símbolos e materialidade de poder estatal, financeiro e midiático das ações do poder público em torno das remoções ao privilegiar certos lugares de visitação dentro das favelas para

promover ao turista a visualidade da Baía de Guanabara. Da Zona Sul à Zona Portuária, diversas comunidades de baixo poder aquisitivo, residentes em áreas consideradas com vista paisagística privilegiada e com a presença das UPPs, viram seus espaços cotidianos sendo apropriados pelos processos de turistificação da vida cotidiana (VAN DER DUIM, 2007).

Esta relação entre patrimônio, sustentabilidade e desenvolvimento econômico tem sido associada às políticas urbanas voltadas às práticas de revitalização dos centros históricos e áreas portuárias, mas com o conceito de paisagem cultural não se perde de vista as áreas de interesse para a valorização paisagística. Podemos afirmar que essa mediação da economia de mercado vincula os processos de mudança das identidades urbanas às inovações dos bens culturais em oferta. Tanto podem ser comunidades étnicas, centros históricos ou simplesmente as paisagens culturais em que suas incidências identitárias são recursos para o *branding* publicitário (JAGUARIBE, 2011) na construção dos lugares turísticos onde a vida cotidiana e as retóricas atribuídas aos bens patrimoniais parecem fundir-se, ocorrendo constante reprodução, modificação e apropriação para novos usos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de patrimonialização e de valorização paisagística orientam-se pelas práticas de mercado através da espetacularização das paisagens, dos espaços e da cultura tanto dos espaços patrimoniais, quanto das localidades mais desfavorecidas, neste caso, as comunidades favelizadas em morros paisagísticos. Estas questões merecem nossa atenção crítica, pois expressam a problemática sobre o suposto futuro urbano sustentável carioca associado a um intenso processo de concorrência intracidade e de políticas de valorização de bens culturais e suas paisagens como bens de consumo.

O desenvolvimento urbano não escapa às pressões globais das mudanças nos mercados de consumo cultural. Os gestores do Rio de Janeiro veem-se comprometidos a recompor a imagem da cidade através de uma expressa e opulenta política de valorização paisagística, de revitalização urbana e de criação de novas paisagens turísticas na Região Central e na Zona Portuária. Para os administradores da cidade, sediar as Olimpíadas de 2016, por exemplo, tornou-se a oportunidade de demarcar na trajetória do urbanismo carioca um legado próprio de transformações urbanas, ao passo que confirmaria o valor patrimonial da Paisagem Cultural como o resultado das ações e das práticas sociais de desenvolvimento urbano e ordenamento dos usos dos espaços que a compõem.

Neste sentido, a PCRJ realizou parcerias com os setores privados nacionais e internacionais e altos investimentos financeiros para consolidar as políticas urbanas sustentáveis, sendo que estes investimentos, apesar das definições das APACs, promoveram forte especulação na expansão ou renovação imobiliária das áreas consideradas paisagísticas.

Tais processos tornam-se formas de intervenção urbana em que se sublinham o valor de consumo atribuído aos lugares e aos bens como características centrais das políticas de revitalização que, em casos mais específicos, tencionam ao gentrificação ou, simplesmente, à turistificação da vida cotidiana. Estas práticas reinventam as imagens urbanas e orientam-se para a recomposição turística das cidades promovida pelos setores empresariais, publicitários, promotores de eventos, pela mídia especializada na televisão e redes sociais.

Com estas características é que se enuncia a plural, senão conflitiva, relação do consumo cultural com a recomposição identitária e paisagística da cidade do Rio de Janeiro. No entremeio deste conflito, continua ainda o propósito de vencer as favelas, seja pela exclusão de suas áreas no mapa turístico e social da cidade, seja através da transformação da contra-paisagem em paisagem turística.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. L.. Paisagens da Natureza, Lugares da Sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como “cidade maravilhosa”, in: SOUZA, J. S. S.; SILVA, J. L. B.; FAUSTINI, M. V., **O novo carioca**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012, pp. 23-42.

BROUDEHOUX, A. M.; MONTEIRO, J. C. C. dos S. Reinventing Rio de Janeiro's old port: territorial stigmatization, symbolic re-signification, and planned repopulation in Porto Maravilha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, 19 (3), 493-512, 2017.

CERTEAU, M. (1994). **A invenção do cotidiano: artes de fazer** (12ª ed). Petrópolis: Vozes, 1994.

DINIZ, N. (2014). **Porto maravilha**: antecedentes e perspectivas da revitalização da região portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital.

FEATHERSTONE, M. **Consumer Culture and Postmodernism**. (2nd ed). London: Sage, 2007.

FORTUNA, C. Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora. In: Fortuna, C. (org.) **Cidade, cultura e globalização**: ensaios de sociologia. Oeiras: Celta, 1997, p. 231-257.

_____. Património, turismo e emoção. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, 97, p. 23-40, 2012.

GUIMARÃES, R. S. O patrimônio cultural na gestão dos espaços do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 29 (57), p. 149-168, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a Montanha e o Mar. **Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Lista de Patrimônio da Humanidade**. Brasília, Iphan, 2012.

JAGUARIBE, B. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. **Revista FAMECOS**, 18(2), p. 327–347, 2011.

LEITE, R. P. Cities and Gentrification in Contemporary Brazil. **Current Urban Studies**. 3 (3), p. 175-186, 2015.

MALTA, E. **Políticas Urbanas de Patrimonialização e Consumo**: A Paisagem Cultural da Cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

_____. Consumindo paisagens: Patrimônio Cultural, Turismo e Enobrecimento Urbano no Rio de Janeiro. **TOMO**. São Cristóvão, 31, p. 91-134, 2017.

MATTOS, R. C. Remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma história do tempo presente. **Outubro**, n. 21, p. 171-190, 2014.

MILES, S; MILES, M. **Consuming Cities**. London: Palgrave Macmillan, 2004.

PIO, L. G. Cultura, Patrimônio e Museu no Porto Maravilha. **Revista Intratextos**. Rio de Janeiro, 4 (1), p. 8-26, 2013.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro**. Lei Complementar n.º 111/2011, Rio de Janeiro, PCRJ, 2011.

_____. **Decreto nº 35.879 de 05 de julho de 2012**, que dispõe sobre o Rio como patrimônio da humanidade, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4455734/4112401/42562Dec35879_2012.pdf, Acesso em: 07 mar. 2022.

RIBEIRO, R. W. Possibilidades e limites da categoria de paisagem cultural para formação de políticas de patrimônio. In: CUREAU, S.; KISHI, S. A. S.; SOARES, I. V. P. & LAGE, C. M. F. (Orgs.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade de proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 254-267.

_____. Gestão da paisagem, gestão da cidade: quais os legados do Rio de Janeiro Patrimônio Mundial?. **REVISTA CPC (USP)**, v. 14, p. 144-166, 2019.

STEIKER–GINZBERG, K. Morar Carioca: O Desmantelamento do Sonhado Programa de Urbanização para as Favelas. **Rio On Watch**, Rio de Janeiro, 25 set. 2014, #OlhoNaParticipação. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=12410>, Acesso em: 25 fev 2022.

URRY, J. **Consuming Places**. Londres: Routledge, 1995.

VAN DER DUIM, R. Tourismscapes. An Actor-Network Perspective. **Annals of Tourism Research**. 34 (4), p. 961-976, 2007.

ZUKIN, S. Paisagens Urbanas Pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: Arantes, A. (org). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papius, 2000, p. 80-103.

VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI - Historiadora e professora universitária. Pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2021 a 2023) e em Direitos Humanos e Tempo Presente pela Universidade de Salamanca, Espanha (CAPES e CNPq, 2009 a 2011). Doutorado em Humanidades - Universidade de León, Espanha. Na área acadêmica, é professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação Programa em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo na Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Investigadora associada do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras, da Universidade do Porto (Portugal). Membro da Associação Portuguesa de Sociologia, Associação Nacional de História (Brasil) e da Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária (CEAD/ Universidade do Algarve, Portugal). CV: <http://lattes.cnpq.br/6538283866214716>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5689-8206>.

A

Afetos 28, 29, 35, 36, 37

C

Capitalismo 1, 15, 26, 42

Christa Wolf 3, 11

Cidade 5, 14, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Ciências Sociais 1, 71

Clarice Lispector 28, 33, 35

Consumo cultural 61, 63, 64, 65, 66, 70, 71

Corpos 1, 9, 14, 18, 22, 25, 28, 29

Cultura 14, 15, 17, 18, 20, 21, 25, 26, 35, 55, 65, 68, 70, 71, 72

D

Desenvolvimento urbano 63, 67, 70, 72

E

Envelhecer 28, 29, 31, 32, 33, 35, 36

Epistemologias 2, 8

F

Família 38

Favelização 61

Feminismo 1, 16, 27, 28, 35, 73

Filosofia 9, 20, 24, 27

G

Gênero 1, 2, 4, 5, 11, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 26, 27, 28, 30, 32, 34, 38, 73

H

Hegemonia 16, 21, 24, 25, 26, 27

História 2, 4, 5, 6, 12, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 36, 38, 72, 73

I

Interdisciplinaridade 29

J

Judith Butler 3, 5, 16, 17, 27

L

Literatura 1, 2, 6, 28, 39, 42, 63

M

Michel Foucault 16, 18, 27

Mulheres 1, 2, 3, 5, 7, 13, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 73

P

Paisagem 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72

Patrimônio cultural 62, 65, 66, 71, 72

Poder 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 34, 35, 43, 44, 59, 69, 70, 72

Política 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 36, 62, 65, 68, 69, 70

Q

Queer 16, 17, 20, 21, 27

R

Rio de Janeiro 61, 65, 72

S

Sociologia 1, 16, 27, 61, 71, 72, 73

Sujeitos 3, 5, 7, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 30

T

Teatro 5

Teoria crítica 1, 15

U

UNESCO 61, 62, 63, 65, 66

V

Velhice 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38

Violência 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 13, 14, 34, 37, 68

Violências sobrepostas 11

SOCIOLOGIA:

Fenômenos formais e informais
nas relações da sociedade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



SOCIOLOGIA:

Fenômenos formais e informais
nas relações da sociedade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

